

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

BRUNO CORRALES PEREIRA

**“O QUE QUEREMOS?”: AS CONCEPÇÕES DE EMANCIPAÇÃO FEMININA
NO PERIÓDICO FEMINISTA *O SEXO FEMININO* (1873-1876)**

PORTO ALEGRE

2019

BRUNO CORRALES PEREIRA

**“O QUE QUEREMOS?”: AS CONCEPÇÕES DE EMANCIPAÇÃO FEMININA
NO PERIÓDICO FEMINISTA *O SEXO FEMININO* (1873-1876)**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado ao Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Natalia Pietra Méndez

PORTO ALEGRE

2019

CIP - Catalogação na Publicação

CORRALES PEREIRA, BRUNO

"O QUE QUEREMOS?": AS CONCEPÇÕES DE EMANCIPAÇÃO
FEMININA NO PERIÓDICO FEMINISTA O SEXO FEMININO
(1873-1876) / BRUNO CORRALES PEREIRA. -- 2019.
82 f.

Orientador: Natalia Pietra Méndez.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em
História, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. História das Mulheres. 2. Feminismo. 3. Imprensa
Feminista. 4. Brasil Império. 5. Século XIX. I. Pietra
Méndez, Natalia, orient. II. Título.

Bruno Corrales Pereira

**“O QUE QUEREMOS?”: AS CONCEPÇÕES DE EMANCIPAÇÃO FEMININA
NO PERIÓDICO FEMINISTA *O SEXO FEMININO* (1873-1876)**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado ao Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciado em História.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a. NATALIA PIETRA MÉNDEZ
(Orientadora)

Prof^a Dr^a CÉLI REGINA JARDIM PINTO

Prof^a Dr^a MÔNICA KARAJEWICZYK

AGRADECIMENTOS

A frase “ninguém cresce sozinho” nunca fez tanto sentido para mim quanto faz agora. Não devido a qualquer visão mercadológica das relações sociais, e sim por causa dos apoios emocionais e estruturais que me trouxeram até o ponto em que cheguei. Para além dos meus méritos individuais - e de meus privilégios nesta sociedade -, foi graças às pessoas que listarei nos próximos parágrafos que conquistei o meu espaço dentro da universidade. É graças a eles e elas, também, que consegui eternizar minha produção neste trabalho de conclusão.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família por todo o apoio, estrutura e amor que me deram até aqui. Foi por causa dos incentivos ao estudo, pelas ajudas com materiais, pelos conselhos e acolhidas que alcancei o estatuto de formando universitário. À minha mãe, Margarete, agradeço pelo respeito, amizade e paciência que tivera ao longo dos últimos anos. Os teus aconselhamentos e cuidados foram fundamentais para que eu me mantivesse com a cabeça no lugar, ainda que ela “tenha escapado” uma vez ou outra. Ao meu pai, Gilberto, agradeço pela ajuda, atenção e companheirismo de que se valeu para acompanhar a minha trajetória. Obrigado por tua dedicação em me proporcionar as melhores condições para seguir em frente. Se não fosse pelo amor, carinho e preocupação de vocês eu não teria durado mais do que um semestre nessas idas e vindas. Ao meu irmão, Jeferson, agradeço pela compreensão, pelos estímulos e pelos sorrisos, elementos que me fizeram levantar a cabeça mais vezes do que imagina. Tive que me ausentar com frequência para finalizar esta graduação, e sei o quanto minha distância física foi sentida. Atesto aqui, por escrito, que em espírito nunca saí de perto de vocês. Fora isso, evidentemente, obrigado por acreditarem em mim, e confiarem sempre no meu potencial. Todas as minhas vitórias foram graças a vocês, e são para vocês. São conquistas nossas.

Aos meus demais familiares, registro a minha mais sincera gratidão por todas as perguntas sobre a faculdade, por todos os momentos de tranquilidade que me proporcionaram nos últimos cinco anos, e pelas palavras de conforto. Saber que importo tanto assim para todos vocês é de suma importância para continuar resistindo em tempos tão difíceis. Em especial, agradeço ao meu segundo irmão Felipe, por todos os apoios, elogios e momentos descontraídos que pôde me proporcionar ao longo de todos esses anos.

Agradeço também a Eduardo pela amizade de quase uma década, e por todas as vezes que discutimos nossas divergências políticas em uma mesa de bar. Sem a suas contraposições, é provável que não teria tomado rumos importantes em minha vida.

Aos lindos e às lindas que a universidade me trouxe, o meu mais sincero muito obrigado. Em primeiro lugar, agradeço por me aturarem ao longo dessa longa jornada. Em segundo, por terem me proporcionado o companheirismo necessário para atravessar as piores agruras do mundo universitário. Agradeço ao Andrew pelas inesquecíveis partidas de futebol na praia, mas também pela parceria em festas, discussões intelectuais e políticas das quais carrego boas lembranças. Agradeço ao Carlos Eduardo pelos auxílios no decorrer da graduação, pelo coleguismo e amizade desempenhados nesses últimos tempos. Da bolsa na informática às manifestações, obrigado por compartilhar esse tempo comigo! À Erika, agradeço não apenas pela amizade e pelo companheirismo, mas também por ter colocado ordem neste grupo de tresloucados - incluindo este que vos escreve. Sem a tua força não teríamos chegado tão longe. À Lara e aos demais colegas, meus agradecimentos sinceros por toda a jornada até aqui.

Também agradeço a Misael, já que desde o momento da primeira matrícula até o final do curso atuou em dupla função como irmão e colega. Agradeço por não deixar a peteca cair ao meu lado nos estágios, por desbravar os caminhos da docência e da nerdise enquanto meu amigo, e, evidentemente, por todos os apoios que me foram tão caros nos momentos de necessidade. À Lucy, o meu profundo agradecimento pelas ideias malucas que compartilhamos, pelas horas de discussões políticas, e pelas energias utilizadas em me aconselhar sentimentalmente. Muito obrigado por sempre se mostrar presente, e depositar em mim tamanha confiança.

À Dany, agradeço por dividir comigo alguns dos melhores momentos dos últimos anos, e por teu companheirismo, amizade, carinho e amor. Obrigado pelo apoio de cada dia, por ver em mim alguém certamente muito melhor do que realmente sou, e por ser essa pessoa tão especial que és. Se não fossem tua presença e tuas palavras, seja nos bons, seja nos maus momentos, minha trajetória não teria tido a mesma graça. Agradeço, além disso, pelos auxílios referentes a este trabalho, e por todas as vezes que debatemos sobre a vida em nossa sacada.

À Priscila, agradeço enormemente por toda a parceria, pelas risadas e momentos irreverentes que tivemos. Amizades como a tua é que nos dão forças para lutar por um mundo mais justo, solidário e consciente. O meu mais puro obrigado, além disso, por me motivar a realizar este trabalho de conclusão.

Aos meus camaradas da reserva técnica, Pablo, Pietro, Ana e Arthur: obrigado pela companhia nos últimos anos, pelas discussões vivenciadas e pelas experiências levadas para vida. Vocês são parte desse caminho também.

Gostaria de agradecer, além disso, às minhas colegas e ao meu colega de Comissão de Formatura, Bruna, Ana e Adilson. Se não fosse pela compreensão, parceria e dedicação de vocês, este trabalho não teria saído do papel. Obrigado por irem à luta junto comigo nesta responsabilidade.

Sou grato ao corpo de funcionários da Biblioteca de Ciências Sociais e Humanidades (BIBCSH) da UFRGS, aqui representado por Felipe, Jepherson, Vanessa e Aline, que em todos momentos demonstraram sua prestatividade, profissionalismo e competência.

Sei que estes agradecimentos já estão longos, mas tomo mais um pouco das atenções para agradecer a todas professoras que sempre se dedicaram a me ensinar, educar e ajudar. Este trabalho também é por vocês. Aos professores, a minha admiração, coleguismo e agradecimento, pois me formaram em igual medida. A nossa luta é a luta da docência, do fazer político e da busca por uma sociedade melhor.

Com isso em mente, agradeço também à minha professora orientadora Natalia Pietra Méndez, pelo acompanhamento, pela atenção e, evidentemente, por todas as palavras que me guiaram até este momento. Às professoras Céli Regina Jardim Pinto e Mônica Karawejczyk, muito obrigado por comporem minha banca e avaliarem este trabalho. Nutro admiração e muito respeito por suas trajetórias e escritos.

O ser que suporta com paciência a injustiça e tolera em silêncio os insultos logo se tornará injusto ou incapaz de discernir o certo do errado.

- Mary Wollstonecraft

RESUMO

A pesquisa “O que queremos?": as concepções de emancipação feminina no periódico feminista *O Sexo Feminino* (1873-1876)” tem por objetivos compreender qual a visão de emancipação feminina é veiculada pelas fontes, bem como problematizar tal conceituação em uma comparação com as diversas experiências femininas do Brasil do século XIX. Para isso, o estudo insere-se nos campos de História das Relações de Gênero, História da Imprensa e História do Brasil, apresentando como referências principais autoras como Constância de Lima Duarte, Barbara Figueiredo Souto e Maria Odila Dias, dentre outras. Identificou-se nas fontes, enquanto conceito de emancipação feminina, uma reinterpretção da mulher burguesa que não quebra as estruturas da dita “natureza feminina” vigente nos oitocentos, mas a complementa. Ao mesmo tempo, percebeu-se a falta de diálogo com as demandas de outros grupos de mulheres, seja devido a elementos contextuais, seja por causa de decisões intencionais de nossas fontes.

Palavras-chave: História das mulheres. Feminismo. Imprensa Feminista. Brasil Império.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REINTERPRETANDO O PAPEL DA MULHER: A EMANCIPAÇÃO EM <i>O SEXO FEMININO</i>	15
2.1 <i>Ideias em movimento: o cenário brasileiro</i>.....	15
2.2 <i>Ordem contestada: momentos-onda, feminismo e geração de 1870</i>.....	19
2.3 A emancipação feminina em <i>O Sexo Feminino</i>.....	23
3 <i>COMPANHEIRAS SIM, ESCRAVAS NÃO!:</i> A RELAÇÃO DO JORNAL E SUAS PAUTAS COM A SITUAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES DO BRASIL IMPERIAL	37
3.1 A desigualdade social brasileira e as mulheres	37
3.2 <i>A penna seja nossa arma: Intelectualidade, política e O Sexo Feminino</i>	58
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
5 FONTES	75
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE – FICHAMENTO ELABORADO PELO AUTOR	82

1 INTRODUÇÃO

A trajetória que nos traz até este estudo é de extrema relevância para a compreensão dos caminhos que pretendemos seguir, então gostaríamos de nos deter primeiramente nisso. O interesse por essa pesquisa surgiu, a princípio, a partir do nosso contato com as fontes durante a elaboração de um artigo proposto como avaliação pela disciplina História do Feminismo, em idos de 2017. À época, estávamos em uma pesquisa exploratória dentro dos arquivos do sistema eletrônico da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital¹ quando nos deparamos com *O Sexo Feminino*, hebdomadário feminista de longa duração da segunda metade do século XIX. Em suas páginas, observamos uma série de reivindicações em prol da emancipação feminina, utilizando de recursos retóricos e conceituais do período oitocentista que vieram a ser problematizados no supracitado artigo. Apesar disso, as referências da avaliação e as indagações nela propostas superficialmente não foram suficientemente desenvolvidas naquele instante. Desta forma, as fontes e os questionamentos a seu respeito permaneceram em processo de amadurecimento por mais dois anos, quando demos início a este trabalho de conclusão de curso.

Além da disciplina sobre feminismo, outras relacionadas a gênero foram determinantes para tal maturação, bem como uma cadeira disponível acerca de temáticas étnico-raciais e Continente Africano. Tanto as escolhas curriculares quanto a realização de nosso trabalho justificam-se pelo seu inserimento nas discussões de nossa contemporaneidade. Nas palavras de José D'Assunção Barros (2005, p.26), além de estudarmos a História do que consideramos relevante para nossas trajetórias, pesquisamos e estudamos “também sobre aquilo que tem relevância para nossos próprios contemporâneos”.

No Brasil da última década acompanhamos o aumento de 6,4% no número de assassinatos de mulheres. Levando em conta os dados de 2016, a taxa de homicídios foi maior entre as mulheres negras. Os dados em relação às mulheres indígenas indicam também uma violência alta, especialmente no caso do estado de Roraima. (IPEA, FBSP,

¹ Nossas fontes permanecem disponíveis para acesso praticamente integral no sistema eletrônico da Hemeroteca Digital, a partir do qual foram pesquisadas para os fins deste trabalho. Ao todo, utilizamos quase 70 edições para a elaboração desta pesquisa, sendo isso apenas uma parcela do que se encontra disponível no acervo digital de tal instituição. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sexo-feminino/706868>.

2018, p.44-52) Tais estatísticas demonstram não apenas a desigualdade social entre homens e mulheres, como também apontam para diferentes experiências vividas dentro do próprio gênero feminino. Estas trajetórias apresentam raízes históricas de antes mesmo dos oitocentos, porém, dadas as mudanças socioculturais do período recortado, consideramos imprescindível tomar conhecimento de seus principais atores - e atrizes. Assim, pontuamos a contraposição efetuada pelas jornalistas feministas do século XIX como fundamental para a análise crítica do papel da mulher na história do Brasil.

O Sexo Feminino foi dedicado ao público que dá seu título, trazendo principalmente as temáticas da educação, da instrução e da emancipação das mulheres, em publicações semanais. Teve como fundadora a jornalista, feminista e professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz, natural de São João d'El Rey, em Minas Gerais. Foi também na então província de Minas que *O Sexo Feminino* foi concebido, mais especificamente na cidade de Campanha. Como sua primeira sede, teve a tipografia d'*O Monarquista*, periódico político pertencente ao marido de Francisca, José Diniz.

O Sexo Feminino permaneceu em circulação por volta de 16 anos, sendo seu lançamento de estreia em 1873, e seu último número publicado em 1889. (DUARTE, 2016, pp.190-191) Durante o percurso, entretanto, algumas mudanças significativas afetaram as publicações. Em primeiro lugar, em 1875 Francisca e sua família mudaram de Campanha para a Côrte, isto é, para o Rio de Janeiro, provavelmente para alcançar maior público. (DUARTE, 2016, p.189) Menos de um ano depois da estadia no centro do Império do Brasil, uma peste de febre amarela afetou-as e com isso, as publicações foram interrompidas entre 1876 e 1889. Esta fratura no periodismo de nossas fontes não significou o fim das ações de suas autoras, que em 1880 publicaram dois efêmeros jornais chamados *A Primavera* e *A Voz da Verdade*; além do livro *A Judia Rachel*, de 1886, escrito por Francisca Senhorinha e sua filha Albertina Diniz. (DUARTE, 2016, p.188) Em 1889, *O Sexo Feminino* ainda mudaria de título para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, em uma explícita homenagem à mudança de regime para o modelo republicano².

² De acordo com Fernanda Alina Andrade (2006, p.124), “Francisca Diniz evitou assumir, abertamente, o seu posicionamento frente ao sistema político brasileiro. [...] *O Sexo Feminino* tendia a respeitar a figura do governante, apoiando o Imperador e, à época da proclamação da República, apoiando a mudança de regime político”. A mudança de título do jornal provavelmente apenas refletiu a esperança de novos tempos para as condições sociais das mulheres. Em sua primeira edição de 1889, lemos: *o primeiro governo republicano [...] aceita o*

No cabeçalho, para além das informações básicas referentes às edições e assinaturas, encontramos sempre uma frase do autor francês Aimé Martin, muito admirado por Francisca Senhorinha: “É pelo intermedio da mulher que a natureza escreve no coração do homem”³. Tal citação já demonstra um pouco a postura adotada pelo editorial do jornal. Ao falarmos mais sobre sua estrutura, podemos ainda destacar um elemento interessante: a contemporaneidade estilística do hebdomadário em relação aos seus paralelos. Formatado em duas ou três colunas, com quatro páginas, e o editorial impresso sempre na primeira delas, o periódico se inseriu no contexto da imprensa de maneira orgânica. (SOUTO, 2013, p.26)

Para os fins deste trabalho, porém, não nos valemos de toda a série de publicações de *O Sexo Feminino*. Focando apenas em seus primeiros anos (1873-1876), temos em vista analisar nossas fontes a partir da proximidade de suas ideias do contexto histórico que as circundava. A década de 1870 foi um momento de intensa movimentação política e social no país, com o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870), a assinatura da Lei do Ventre Livre (1871), e os movimentos de urbanização e “modernização” das capitais das províncias imperiais. (IZECKSOHN, 2009, p.418) (COSTA, 2007, p.258) Por fazer parte desta onda de inovações sociais e espaços de discussão política, compreendemos a necessidade de se estudar *O Sexo Feminino* à guisa de suas primeiras manifestações e interlocuções, e que ainda não haviam passado, por exemplo, pela alteração do regime político (1889) ou pela abolição da escravatura (1888). As edições do ano 1889 - seja de *O Sexo Feminino*, seja do *Quinze de Novembro* - merecem especial atenção, a qual deixaremos para empreender em outra oportunidade.

Enquanto problemas de pesquisa, nos orientamos pelos seguintes questionamentos: a emancipação feminina defendida pelas autoras de *O Sexo Feminino* idealiza as mulheres em algum sentido? Qual o significado de mulher emancipada para estas fontes? Além disso, outra problematização que trazemos se refere ao contexto: como dialogam as propostas emancipatórias de nossas fontes com as variadas experiências femininas do século XIX? Esta abordagem tem por objetivos compreender quais as características dos conceitos trabalhados por estas fontes, bem como problematizar o discurso veiculado neste periódico em comparação com as diferentes demandas e vivências das mais diversas mulheres do período recortado.

principio fecundo da liberdade e da igualdade. Fonte: *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. 15 de dezembro de 1889, n.12. “O sexo feminino”. p.1.

³ *O Sexo Feminino*. 7 de setembro de 1873, n. 1. Sem título (cabeçalho). p.1.

Para isso, dividimos este trabalho em dois grandes capítulos, intitulados respectivamente *Reinterpretando o papel da mulher: a emancipação em O Sexo Feminino e Companheiras sim, escravas não!: a relação do jornal e suas pautas com a situação social das mulheres do Brasil Imperial*. No primeiro deles, discorremos sobre o contexto social, político e econômico de nossas fontes, bem como questões de ordem conceitual sobre feminismo e imprensa feminista. Além disso, trabalhamos o nosso primeiro problema de pesquisa, procurando compreender qual as concepções de emancipação feminina e de mulher emancipada de que nossas fontes se utilizam. No segundo capítulo, desenvolvemos o estudo ao redor das experiências vividas pelas mulheres do século XIX, abordando principalmente as vivências das mulheres indígenas, negras escravizadas, e mulheres brancas e negras livres. Buscamos, com isso, contrastar as definições apresentadas no primeiro capítulo com as trajetórias e demandas sociais dos referidos grupos. Ademais, trabalhamos o próprio círculo intelectual e político no qual nossas fontes estão inseridas, ensejando uma análise de suas relações mais próximas e que tenham influenciado diretamente a manutenção do periódico.

Mais do que uma prática voltada para dar destaque a temas emergentes, temos também como motivação a nossa própria desconstrução⁴ e a compreensão política de nosso *locus social*⁵. Assim, não nos abstermos de reconhecer nossa localização social dentre aquelas privilegiadas na sociedade brasileira: homem, parte da classe média, branco e heterossexual; neste contexto, a produção acerca do tema apresenta uma série de limitações e desafios. Não há nenhuma pretensão, porém, em nos colocarmos sob uma “objetividade científica descorporificada” perante o objeto de pesquisa, como sujeito universal ou, menos ainda, enquanto sujeito feminino. Apesar de não poder, de imediato, alterar as dinâmicas sociais vigentes, este trabalho parte de uma consciência epistemológica localizada na citação de Donna Haraway, ao falar da *visão* acerca da ciência e do pensamento: “Com o sangue *de quem* foram feitos *os meus olhos*?”

⁴ Aqui, o uso deste conceito cunhado nos anos 1970 por Jacques Derrida se dá a exemplo do trabalho de Oscar Ulloa Guerra (2015, p.63) que diz: “Utilizo-me da desconstrução num sentido mais amplo, interpretando-a como um processo analítico que envolve operações e mecanismos de questionamento, deslocamento, estranhamento e problematização”. Tanto no caso da tese de Guerra quanto na presente justificativa, portanto, esta concepção choca-se à masculinidade e ao papel do homem na sociedade contemporânea.

⁵ Citando Djamila Ribeiro (2017, p.86), “todas as pessoas possuem lugar de fala, pois estamos falando de localização social”. Segundo esta filósofa, é importante que aqueles que estejam em localização social (locus social) privilegiada reconheçam as hierarquias que produzem a partir de sua posição. (RIBEIRO, 2017, p.86)

(HARAWAY, 1995, p.25, grifo nosso) As páginas do trabalho pretendem, desta forma, não relevar as desigualdades existentes na contemporaneidade, e sim desenvolver esforços para a sua superação, dadas as suas limitações. Mais do que utilizar de uma retórica recheada de termos vazios, procuramos ser “capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser outro”. (HARAWAY, 1995, p.26)

Por último, mas não menos importante, inserimos nosso trabalho tanto no campo da História das Mulheres e das Relações de Gênero⁶, quanto no campo da História da Imprensa, e da História do Brasil. Encaramos gênero pela definição de Joan Scott (1995, p.86), que o considera “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”. Logo, não nos referimos às mulheres enquanto “sexo feminino”, tal qual nossas fontes o fazem. Essa diferenciação se faz possível devido à compreensão de que os papéis atribuídos socialmente aos sexos constituem o gênero, e não o contrário.

Em relação ao campo da História da Imprensa, nos pautamos metodologicamente em grande parte pela obra de Tania Regina de Luca (2006, p.142), que propõe para o campo de estudos uma série de elementos-chave, tais como a identificação dos mantenedores, de suas rendas, de seu público, as condições de tipografia e publicação, e, ainda, a organização dentro de sua série em si. Trabalhamos também com os detalhamentos feitos por Alexandra Pinheiro (2010) em seus estudos acerca de outro periódico, o *Jornal das Famílias* (1863-1878). Cruzando estas duas autoras, desenvolvemos um modelo de fichamento específico (ver apêndice) para a seriação e organização das edições de *O Sexo Feminino*, contendo: informações do cabeçalho, seções da edição, suas temáticas gerais, as reivindicações específicas, outros jornais citados, pessoas mencionadas e observações, além de principais citações e comentários que interligam as diferentes edições das fontes. Além disso, nos baseamos por Maria Helena Capelato (1988, p.21), ao partir da concepção da imprensa como agente histórica.

Enquanto pesquisa integrante da História do Brasil, visamos não separar os estudos das relações de gênero da formação de nosso país enquanto um todo, procurando quebrar a barreira de separação entre campos. (SCOTT, 1995, p.89) Além disso, percebemos ausências bibliográficas referentes a determinadas temáticas de gênero dentro da pesquisa sobre Brasil Império, ponto que procuramos com este trabalho também abranger.

⁶ Adotamos esta nomenclatura a partir de Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007), que estabelecem a importância de uma definição de tais estudos enquanto campo consolidado, e não apenas como reparação histórica.

2 REINTERPRETANDO O PAPEL DA MULHER: A EMANCIPAÇÃO EM O *SEXO FEMININO*

2.1 *Ideias em movimento*⁷: o cenário brasileiro

No dia 7 de setembro de 1873, na cidade de Campanha, então província de Minas Gerais, foi publicada a primeira edição do periódico *O Sexo Feminino*, de propriedade e redação da professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Em sua segunda página, ocupando metade do espaço, é possível ler uma comemoração acalorada sobre a data da Independência do Brasil: *Viva a nossa independência! Viva o dia 7 de Setembro de 1822! Gloria immorredora a D. Pedro I!*⁸ Como a própria redação da “matéria” afirma, à época, o Império do Brasil comemorava 51 anos de independência política em relação aos mandos de Portugal. Neste momento, Dom Pedro I já estava morto há quase quarenta anos, e o Brasil que havia deixado em sua partida dificilmente poderia ser considerado o mesmo. Tomando esta afirmativa como base, perguntamos: que cenário encontramos ao analisarmos o contexto de nossa fonte?

A década de 1870 começou marcada pelo fim da Guerra do Paraguai, conflito iniciado seis anos antes, e que teve impactos inesperados para a política interna do império brasileiro. Dom Pedro II, ao modificar arbitrariamente as regras de nomeação a cargos ministeriais, desagradou aos setores liberais do governo. A motivação para tal interferência era muito explícita - alinhar-se politicamente a Luís Alves de Lima e Silva, principal comandante brasileiro na Guerra do Paraguai, e um ferrenho conservador. (NEEDELL, 1985, p.22) O posicionamento do imperador levou ao fim de uma coalizão firmada entre conservadores e liberais, gerando uma relativa instabilidade institucional. (IZECKSOHN, 2009, p.418) O exército que retornava da guerra, entretanto, já não era mais o mesmo, e começava a adquirir uma desconfiança em relação às elites políticas. Os militares retornavam dispostos a não serem mais considerados coadjuvantes no cenário político nacional, como vinha acontecendo até então. (NEEDELL, 1985, p. 26) (IZECKSOHN, 2009, p.419)

⁷ Fazemos referência, aqui, ao título do livro de Angela Alonso, *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁸ *O Sexo Feminino*. 7 de setembro de 1873, n. 1. “O dia sete de Setembro”. p.2. Buscamos respeitar a grafia original de todas as fontes usadas no trabalho. Continuaremos com a transcrição sem alterações sempre que for possível a compreensão do sentido das sentenças.

Outro impacto ocasionado pela guerra foi o econômico, afinal, o Brasil para o qual os veteranos retornavam encontrava-se endividado devido aos desgastantes custos do confronto armado. (SEVCENKO, 1998, p.14) Apesar disso, e, em parte, graças aos investimentos estrangeiros, a urbanização integraria o rol de características em ascensão a partir deste período. Segundo Emília Viotti da Costa (2007, p.258), de 1872 em diante, por exemplo, instalar-se-iam redes de tráfego urbano em diversas cidades. Além disso, nessa época surgem sistemas de calçamento, iluminação e abastecimento de água, bem como há o aumento de demanda por diversões públicas e por construções mais voltadas para os encontros sociais das camadas médias (como teatros, hotéis e jardins). (COSTA, 2007, p.258) A partir dos anos 1870, o número de habitantes das regiões urbanizadas aumentaria consideravelmente, acumulando um total de 2 milhões de pessoas na virada do século. As disparidades entre urbano e rural continuariam, em vista que os processos de urbanização e “modernização” estavam ligados de maneira direta aos centros de produção econômica. O exemplo mais clássico que demonstraria o ápice dessas relações seria São Paulo, a capital da cafeicultura⁹. Aqui, optamos por dar destaque ao cenário de nossa fonte, Campanha, que em 1870 contava¹⁰ com cerca de 27.521 habitantes, entre escravizados e livres. De acordo com Fernanda Alina Andrade (2006, p.22-23), a cidade tinha uma próspera economia que misturava agricultura, pecuária, produção de fumo e indústrias vinícolas, de fundição e tecelagem. A urbanização, portanto, teria como foco as capitais e portos, mas também impactaria nas regiões circunvizinhas, como Campanha, ainda que os interiores mais distantes mantivessem dinâmicas agrárias.

Concomitante ao processo de urbanização, dentre outras coisas, podemos acompanhar uma expansão do sistema educacional e dos métodos de registro nacionais. Um exemplo deste último é o Recenseamento de 1872. Enquanto isso, os Cursos e Escolas

⁹ Apesar do porto mais utilizado para o escoamento do café ser o de Santos, São Paulo terá um forte crescimento populacional e urbano devido a processos auxiliares à cafeicultura. Da mesma forma que as migrações internas do país desembocaram para esta cidade, a chegada de um número elevado de imigrantes europeus contribuiu para tal “inchaço” repentino, em parte devido ao surgimento de suas primeiras indústrias. (COSTA, 2007, p. 258)

¹⁰ O *Recenseamento do Brasil em 1872* foi a primeira medição censitária do Brasil e compõe o conjunto de fontes complementares utilizadas neste trabalho. Sua metodologia já aborda a população com bases extremamente amplas: fala-se sobre graus de instrução, estados civis, religião, pessoas livres e pessoas escravizadas, etc. Mesmo assim, seus números são estimados, devido às imprecisões de alguns cálculos usados no censo. Foi acessado na Biblioteca do IBGE (<http://bit.ly/2kBadHy>) e, posteriormente, armazenado em arquivo pessoal para rápida consulta, presente no link: (<http://bit.ly/recenseamento-1872>). A informação deste trecho advém das páginas 115 a 120.

Normais - voltados para a profissionalização de professores que atuavam nos níveis iniciais de escolarização - seriam o principal foco da institucionalização da educação brasileira no período. Desde 1834, a responsabilidade de sua manutenção era das províncias. Somando a escassez de recursos dos cofres provinciais à falta de interesse da parte das autoridades locais, entretanto, a vida de muitas destas instituições era curta. (KULESZA, 1998, p.65) (MARTINS, 2009, p.9) A precariedade do ensino nunca saía da pauta - eram poucos os investimentos feitos pelas províncias, e baixas as remunerações de professores e professoras, o que favorecia um desprestígio¹¹ da profissão. (KULESZA, 1998, p.66)

Desta forma, ao final da década de 1860, tornou-se comum que os Cursos Normais fossem ministrados junto aos cursos regulares dos Liceus imperiais¹², apenas com um acréscimo curricular de disciplinas como pedagogia. Tal medida aproveitaria recursos - como professores e prédios já existentes que eram de responsabilidade do poder monárquico - e contribuiria para uma economia financeira por parte das províncias. (KULESZA, 1998, p.65)

Nos anos 1870, porém, cresceria a demanda pela criação de estruturas próprias para este tipo de ensino, principalmente devido ao aumento expressivo do ingresso de mulheres. Após essa década, serão raras as menções a “normalistas” - estudantes das Escolas Normais - do gênero masculino, o que também demonstra esta emergência estudantil feminina¹³. (KULESZA, 1998, p.68) Aumentariam, então, as Escolas Normais com sedes próprias, o *locus* para a formação de professores e professoras com capacitações consideradas mais qualificadas e adequadas às especificações morais da época. Angela Maria Souza Martins nos traz uma relação de Escolas Normais inauguradas no período - cinco delas surgiram na província de Minas Gerais, sendo uma pertencente à cidade de

¹¹ Como veremos no decorrer do trabalho, as más condições e a desigualdade de gênero presentes nesta profissão não diminuiriam o interesse das mulheres por ingressar na carreira. Em parte, conforme June Hahner (2003, p.78-81), isso se deu pois a aprendizagem nas escolas normais ofereciam-nas umas das poucas oportunidades de continuar a educação formal, além de proporcionar espaços no também desigual e escasso mercado de trabalho.

¹² Os liceus eram instituições subordinadas à autoridade central, o Império, e voltadas para o Ensino Superior. Neste período, eram de acesso exclusivo ao público masculino. (KULESZA, 1998, p.64) (HAHNER, 2003, p. 76)

¹³ Na seção “Noticiário” de uma das edições de nossa fonte, encontramos a notícia de que 180 mulheres matricularam-se em uma escola normal pernambucana. Conforme nossa fonte: *A continuar assim em breve nenhum homem ocupará o magisterio publico primario naquella provincia*. A mudança na ocupação dos espaços já podia ser sentida. Fonte: *O Sexo Feminino*. 12 de março de 1874, n. 25 “Escola Normal em Pernambuco”.

Campanha. Tal escola é mencionada pelo jornal *O Sexo Feminino* ao longo de várias edições, seja pela atuação docente de Francisca Senhorinha, que nela lecionou, seja pela importância da educação em nossas fontes. (MARTINS, 2009 , p. 8)

A supracitada dinâmica de inserção dos cursos normais às estruturas dos liceus e sua posterior reorganização em instituições próprias fazia parte do interesse do poder central em controlar uma unificação dos currículos, até então diferentes entre as províncias. (KULESZA, 1998, p.66) O controle não só dos currículos, mas das próprias instalações era importante para o império em decorrência das disputas narrativas e políticas presentes no período. De acordo com Wojciech Kulesza (1998, p.66), “essa questão assume importância decisiva num quadro político em que o federalismo constituía importante bandeira dos republicanos”. Vinculamos também a isso a ideia trazida por Angela Alonso (2002, p.56) de que as elites imperiais eram contrárias a mudanças radicais, e costumavam optar por graduais mecanismos de alteração nos rumos administrativos do país. Isto porque, apesar dos acontecimentos supracitados, algumas Escolas Normais fecharam depois dos anos 1870 pelos mesmos motivos e carências. Logo, as mudanças visavam refrear uma possível inserção de novos ideais que pudessem desestabilizar as estruturas já asseguradas do Império, e não necessariamente uma reestruturação educacional profunda. (KULESZA, 1998, p.65) (MARTINS, 2009, p.9)

Conforme o trabalho de Angela Alonso (2002, p.47), uma série de movimentações político-intelectuais estariam formando grupos contestatórios da ordem vigente, o que se adere ao rol de preocupações das elites imperiais. Tais grupos não seguiam rigidamente doutrinas oriundas da Europa, pois as adaptavam à realidade brasileira e aos fins que pretendiam. Mesmo assim, podemos definir algumas correntes: liberalismo, positivismo, abolicionismo, e os já mencionados federalismo e republicanismo. (ALONSO, 2002, p. 36, 162) Os militares - e os estudantes das escolas militares -, citados no início deste subcapítulo, gradualmente adeririam ao grupo positivista, por exemplo.

Em suma, a década de 1870 seria palco para uma série de transformações no cenário brasileiro. Os grupos políticos reorganizavam-se, dando maior espaço aos militares e aos intelectuais contestadores. A urbanização e as novas estruturas econômicas, mescladas às tecnologias que ingressavam no país, promoviam mudanças nos costumes e nos modos de produção. Ao mesmo tempo, as disputas ao redor da educação acirraram-se, afinal de contas, com novos tempos, novas mentes precisavam ser moldadas. No próximo subcapítulo, discutiremos a presença de *O Sexo Feminino*, Francisca Senhorinha e seu

círculo social neste contexto de contestação, vinculando o feminismo aos demais atores sociais.

2.2 *Ordem contestada*¹⁴: momentos-onda, feminismo e geração de 1870

Apesar de nossa fonte dedicar tanto espaço para a comemoração da independência do país, seria uma falácia se atribuíssemos ao patriotismo¹⁵ o caráter de pauta central de discussão. *O Sexo Feminino*, como se demonstra na própria edição citada, fará uso do patriotismo e questões da nação para defender algo muito específico: a causa da emancipação feminina. (SOUTO, 2013, p.36-37) Ainda que a redatora, Francisca Senhorinha, coloque a data como uma coincidência, é inegável o aproveitamento desta para que a pauta feminina fosse lançada, como bem diz: *Viva a independência do nosso sexo! Viva a instrução da mulher!*¹⁶ No ano seguinte, em 1874, há uma afirmativa ainda mais contundente: *O dia de hoje em feliz coincidência com o aniversario da independencia nacional, perfaz um anno indicador do grito da independencia da mulher.*¹⁷

A pauta de *O Sexo Feminino*, portanto, é aquela explicitada por seu subtítulo: o periódico era um “*Semanario dedicado aos interesses da mulher*”. A defesa da emancipação feminina será o principal aspecto dos referidos “interesses da mulher”, aparecendo não apenas em manifestos, mas também através de notícias, matérias, correspondências trocadas com outros jornais e pessoas, e, além disso, por meio de exercícios de lógica, matemática e português que visavam instigar (e instruir) as leitoras. O jornal, apesar disso, nunca desprezou a inserção de elementos de lazer¹⁸ no decorrer das edições, como charadas, poemas e, a partir de 1875, romances de folhetim.

¹⁴ Fazemos referência, aqui, ao título de um dos capítulos do livro de Angela Alonso, *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹⁵ Barbara Figueiredo Souto (2013, p.37) atribui à Francisca e ao seu jornal o conceito de “maternidade patriótica”, uma concepção vigente na América Latina oitocentista e que colocava as mulheres como força de construção da nação - enquanto mães e educadoras, como veremos no próximo subcapítulo.

¹⁶ *O Sexo Feminino*. 7 de setembro de 1873, n. 1. “O dia sete de Setembro”. p.2.

¹⁷ *O Sexo Feminino*. 7 de setembro de 1874, n. 45. “Aniversario do periodico Sexo Feminino”. p.1.

¹⁸ Não buscamos analisar tais elementos neste estudo, porém foi possível perceber durante o fichamento das fontes que muitos dos poemas, crônicas e romances publicados têm temáticas vinculadas à moralidade, à educação ou a valores comuns do imaginário burguês. No caso específico dos folhetins, todos receberam o marcador de “romance moral” sob seus títulos. As charadas, enigmas e outras propostas de exercício lógico podem ser encarados sob a ótica da

Uma discussão pública dos direitos civis das mulheres, durante este período, era tomada pela grande parte da sociedade como um tabu. Como já vimos, isto se dava porque o país passava por uma série de mudanças, dentre elas, as de mentalidade. Da metade do século XIX em diante, a chamada mentalidade burguesa passou a se desenvolver no Brasil, e, conforme Maria Ângela D'Incao (2004, p.226), tornou-se responsável por redefinir os espaços de privado e público. O espaço privado representado pela casa e pela vida familiar seria diametralmente oposto ao espaço público, dedicado aos encontros sociais e aos diálogos políticos e - dependendo da crença - religiosos. Com as mudanças sociais dos espaços, aqueles que os ocupam também passam por reformulações. Há, portanto, o surgimento “de uma nova mulher nas relações da chamada família burguesa, agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade”. (D'INCAO, 2004, p. 223) Podemos acrescentar à isso, ainda, o que Fernanda Andrade (2006, p.75) nos traz: “a mulher passou a ser [...] de uma natureza passiva, infantil, [...] e incapaz para o trabalho intelectual”. De acordo com Fabíola Rohden (2001, p.41) mulheres que desviassem desse tipo idealizado, ou que reivindicassem outras posições sociais eram tidas “como verdadeiras ameaças à ordem burguesa”. Instituiu-se uma “natureza feminina”, que unia maternidade, passividade, infantilidade e virgindade em um só gênero.

Em contrapartida, o espaço público era dedicado aos homens, chefes das famílias burguesas e que teriam os direitos de circular no mundo político. Assim sendo, podemos falar em uma sociedade patriarcal¹⁹, que trocava valores - o senhorial pelo burguês -, mas mantinha a exclusão feminina de espaços de atuação política e de discussão. (D'INCAO, 2004, p. 226) O modo de vida burguês só terá uma marcação mais profunda a partir da virada do século, então não é descabido falarmos que a sua adesão e as formas com que foi concebida variaram de acordo com os recortes de classe, raça e gênero em suas primeiras apropriações. De qualquer maneira novos modelos de convivência e socialização aportavam no Brasil Imperial, e manifestações contrárias pouco a pouco foram levadas para a margem da esferas políticas como contestadoras da ordem. Para a nossa análise, cabe o que foi citado até então pois visamos pontuar a seguinte questão: a emancipação feminina de *O Sexo Feminino* é uma forma de expressão feminista?

instrução e da provocação ao pensamento, afinal de contas, exercitar o raciocínio feminino também era uma forma de ação docente.

¹⁹ O conceito de patriarcado do qual “patriarcal” se deriva, emprega-se aqui em sua significação adotada a partir dos anos 1970, principalmente devido aos estudos feministas, em que se atribui este conceito a uma “formação social em que os homens detêm o poder”, ou, simplesmente, como um sinônimo de “dominação masculina”. (HIRATA, 2009. p. 173-178)

Compreendemos, nesta pesquisa, o feminismo como sendo o conjunto de esforços, movimentos sociais e teorias voltadas para a libertação da mulher de sua opressão, além de discursos à procura da igualdade entre homens e mulheres. (BOBBIO et al, p.486) (SILVA, SILVA, p.145) A fim de conceber a emancipação feminina proposta por nossas fontes enquanto uma proposta feminista, precisamos vinculá-la à sua materialidade: estamos tratando de um periódico. Sendo assim, existiram periódicos tidos como feministas nesse período?

Tanto o periodismo feminino quanto o feminista são estudados por Dulcília Buitoni (1990, p.92), que diferencia este último do primeiro com base em sua defesa política das mulheres. Citando Constância Lima Duarte (2016, p.14), a imprensa feminista irá “protestar contra opressão e a discriminação e exigirá a ampliação de direitos civis e políticos” para as mulheres. Enquanto isso, a chamada imprensa feminina teria o mesmo público, mas o enfoque transitaria desde questões partidárias até elementos de moda, não se referindo à condição feminina em si. (PRADO & FRANCO, 2012, p.201) Como veremos melhor adiante, as pautas de *O Sexo Feminino* se enquadram nas supracitadas definições de Buitoni e Duarte. A emancipação da mulher entra, assim, no rol de especificidades do que aqui tomamos por feminismo. Nesse sentido, ainda que na segunda metade do século XIX Francisca Senhorinha não leve a alcunha de feminista²⁰, com base em suas reivindicações e atitudes a inserimos no escopo de tal conceito. Isto vai ao encontro das palavras de Zahidé Muzart (2002 apud SOUTO, p.12): “como prática, o feminismo preexiste ao emprego da palavra com que é designado”.

Apesar do fenômeno dos movimentos feministas ter uma verdadeira expansão no século XX - mais precisamente em sua segunda metade (SILVA & SILVA, 2009, p.145) - podem-se adaptar aqui algumas concepções para o cenário oitocentista, que em vez de movimento de massas, apresenta outras características. De acordo com a classificação por “momentos-onda” feita pela historiadora Constância de Lima Duarte, o grande enfoque das feministas brasileiras do século XIX será a educação: a princípio, dos anos 1830 em diante, com um feminismo mais literário; e a partir dos anos 1870, com a eclosão de um sem número de periódicos feministas; constituindo, assim, as duas primeiras ondas do

²⁰ O termo feminismo só viria a ser utilizado com maior frequência, no contexto da América do Sul, a partir de 1898, “para referirse a diversos cambios jurídicos y sociales que afectaban a la mujer en el ámbito familiar y laboral”. Até então, o termo emancipação seria muito mais popular. (LAVRIN, 2005. p. 29).

feminismo brasileiro de acordo com esta autora²¹. (DUARTE, 2008 apud SOUTO, 2013, p. 12) Isso nos é relevante devido à participação de *O Sexo Feminino*, sua redatora e suas colaboradoras na mencionada segunda onda.

Não sabemos ao certo o ano de nascimento de Francisca Senhorinha, apesar de sua filiação ser reconhecida à Gertrudes Alves de Melo Ramos e Eduardo Gonçalves da Motta Ramos e sabermos ser natural de São João d'el Rey, também na província de Minas. (SCHUMAHER & VITAL, 2012, p. 246) De acordo com Fernanda Alina Andrade (2006, p.21), “os primeiros indícios da atividade de Francisca Diniz no magistério datam de 1854 quando, provavelmente ainda solteira, trabalhava como professora interina na Villa do Uberaba”. Aqui fala-se em solteira, pois em data também indefinida, Senhorinha casou-se com o advogado, jornalista e professor José Joaquim da Silva Diniz, com quem trabalharia tanto na imprensa, quanto na Escola Normal de Campanha, e com quem teria três filhas.

Esta breve reconstituição biográfica visa nos elucidar um ponto: a luta pela emancipação feminina feita por Francisca Senhorinha era tanto prática, quanto teórica, e diretamente ligada à educação - algo que fez parte de toda a sua vida enquanto professora. Elencamos a produção de *O Sexo Feminino* feita por Francisca, suas filhas e colaboradoras como uma atividade intelectual feminista, e relacionamos ao pensamento de Angela Alonso (2002, p.30) de que no século XIX, “não havia um grupo social cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual”. Concordamos com a proposição de Alonso (2002, p.38) de que “toda manifestação intelectual era imediatamente um evento político”, afinal de contas, a intelectualidade feminista, por si só, já é política.

Sendo assim, podemos afirmar conceitualmente que as práticas de Francisca Senhorinha e as pautas defendidas pelas edições de *O Sexo Feminino* apresentavam caráter feminista diretamente ligado à imprensa feminista. Suas práticas intelectuais misturavam-se às práticas políticas, afetando a sociedade circundante ao mexer em tabus e buscar posicionamento em meio à exclusão social. Para compreender quais as pretensões do periódico e de suas responsáveis, bem como analisar materialmente o seu fazer feminista, o próximo subcapítulo terá como foco os modelos de emancipação utilizados pel’*O Sexo Feminino*. Em outras palavras, buscaremos entender quais os mecanismos de libertação das mulheres evidenciados em nossas fontes, em relação a que elas deveriam se emancipar,

²¹ É válido ressaltar que a organização das ondas feministas no Brasil não é um consenso dentro dos estudos feministas. Um dos argumentos contrários, por exemplo, é dado pela historiadora Natalia Pietra Méndez (2018, p.17), que diz que seu uso “pode trazer dificuldades para compreender as diferentes expressões feministas ao longo do tempo”.

e se há alguma espécie de tipo idealizado de mulher que corresponda às afirmações presentes no periódico feminista analisado. Afinal de contas, conforme Alexandra Santos Pinheiro (2010, p.44), “esses jornais, que pensam, com exclusividade ou não, na mulher, também tentam defini-la”.

2.3 A emancipação feminina em *O Sexo Feminino*

Em sua oitava edição, de outubro de 1873, o periódico *O Sexo Feminino* teve um dos editoriais mais marcantes de seu primeiro ano, intitulado “O que queremos?”, e de autoria de Francisca Senhorinha da Motta Diniz²². Reproduzimos abaixo o manifesto:

Queremos a nossa emancipação—a regeneração dos costumes; Queremos reaver nossos direitos perdidos; Queremos a educação verdadeira que não se nos tem dado a fim de que possamos educar também nossos filhos ; Queremos a instrução pura para conhecermos nossos direitos, e delles usarmos em ocasião oportuna; Queremos conhecer os negócios de nosso casal, para bem administrarmos-los quando a isso formos obrigadas; Queremos em fim saber o que fazemos, o porque o pelo que das cousas ; Queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas: Queremos saber o como se fazem os negócios fora de casa ; Só o que não queremos é continuar a viver enganadas²³.

Apenas com base nesta citação, podemos destacar uma série de elementos-chave para a compreensão de que tipo de emancipação que este periódico pretende abordar. Fala-se em regeneração de costumes, educação e instrução, conhecimento de direitos e de negócios, companheirismo dentro da relação conjugal. Daqui para a frente, buscaremos desmembrar tais tópicos em discussões específicas e entender as noções de emancipação e de mulher livre que esse periódico pretende transmitir.

A começar pela questão moral, pontuamos a sua permanência ao longo de todas as edições do periódico. A regeneração dos costumes mencionada por Francisca Senhorinha em *O Sexo Feminino* se direciona em primeiro lugar à sociedade oitocentista de maneira mais ampla, vista por ela como *corrupta, sem moral e sem religião*²⁴, e *adiantada em*

²² Tal qual Barbara Souto (2013, p.30), procuramos interpretar aqui a autoria de artigos em que não constam assinaturas como sendo de Francisca. Por observar o padrão do periódico, é possível verificar sua autoria em parte dos artigos sem identificação, e principalmente nos editoriais.

²³ *O Sexo Feminino*. 25 de outubro de 1873, n. 8. “O que queremos?”. p.2.

²⁴ *O Sexo Feminino*. 25 de outubro de 1873, n. 8. “O que queremos?”. p.2.

vícios, mas muito atrasada em virtudes²⁵. Relacionamos esta visão pessimista sobre seus contemporâneos ao mal-estar sobre a civilização que circulava na segunda metade do século XIX, como mencionado por Fabíola Rohden (2001, p.40): “Constatava-se que alguns grandes problemas, como a pobreza, os ‘vícios’, a doença mental, percebidas como ameaças ao futuro da humanidade, não haviam sido resolvidas”. Mesmo que a citação de Rohden nos explicita elementos que não são o foco de nossa análise, tomamos por exemplo o momento em que *O Sexo Feminino* abordou o suicídio de uma moça, realizado em decorrência de uma frustração amorosa. Dentre outros culpados, a redatora julga: *Sociedade, sociedade, [...] sois culpada de que se pratiquem actos destes na atualidade*²⁶. Ou seja, as preocupações gerais do período também farão parte de *O Sexo Feminino*, aqui manifestadas sob a ótica feminina. Nesse sentido, observamos uma abordagem de regeneração voltada para o papel a ser desempenhado pelas mulheres em tal comunidade, e não necessariamente um retorno ao passado.

A regeneração dos costumes será desenvolvida, assim, sob dois aspectos: a necessidade feminina de ganhar os meios de educação e instrução a fim de adquirir paridade com o sexo masculino; e a urgência de uma regeneração moral das próprias mulheres. Ambas as conexões estabelecidas pelo periódico, por Senhorinha e suas apoiadoras estão extremamente influenciadas pelo pensamento positivista²⁷ da época. Conforme Fernanda Andrade (2006, p.82), “o positivismo se pronunciou enfaticamente sobre o papel da mulher como regeneradora da sociedade”, em especial, através de suas facetas materna e educadora - nesse sentido, é impossível dissociar o pensamento positivista da mentalidade burguesa²⁸, outra forte influência no pensamento feminista de nossa fonte. Ao encarmos o periódico, identificamos que a mulher teria *deveres para com Deos, para com sigo e para com o proximo*²⁹. Não deveria ela entrar *para as armas, nem para a magistratura, e ministério da igreja*³⁰, mas teria seu próprio papel a cumprir: o

²⁵ *O Sexo Feminino*. 12 de março de 1874, n. 25. “Maximas”. p.2.

²⁶ *O Sexo Feminino*. 7 de março de 1874, n. 24. “Suicídio de uma moça.” p.1.

²⁷ O positivismo foi idealizado pelo francês Augusto Comte nas décadas de 1840 e 1850. Como princípios mais difundidos, o positivismo teve a noção de que o conhecimento tem um determinado papel a desempenhar na sociedade, e a ideia de progresso baseado nas regenerações morais da humanidade e da sociedade. (COMTE, 1978, p.IX)

²⁸ Mesmo que Comte critique a burguesia industrial e capitalista de seu tempo, não apresenta propostas radicais para a mudança de sua situação, e, como evidenciamos acima, posta-se ao lado do modo de vida burguês ao pensar com base em divisões de gênero típicas da burguesia. (COMTE, 1978, p.24)

²⁹ *O Sexo Feminino*. 11 de outubro de 1873, n. 6. “Educação moral”. p.2.

³⁰ *O Sexo Feminino*. 25 de outubro de 1873, n. 8. “O que queremos?”. p.2.

de formar moral, intelectual e fisicamente as próximas gerações da nação³¹. Em parte, os erros dos homens seriam culpa de sua má educação materna: *Si as mães de familia educarem seus filhos como é mister, serão algum dia elevadas à altura que lhes é devida.*³² Entretanto, tal educação e fortalecimento moral só poderiam ser realizadas por mulheres emancipadas, instruídas e capazes de agir em sua missão, coisas até então negadas às mães³³.

Aqui, observamos uma mistura entre influência positivista, pensamento nísiano³⁴ e interpretação da própria legislação brasileira. Isto porque, ao mesmo tempo em que o positivismo defendia uma educação apurada para as mulheres por estas formarem as crianças, Nísia Floresta já cobrava respeito às mulheres por este papel em 1832, enquanto a legislação que regulava a instrução pública brasileira tinha em seu texto as mesmas prerrogativas desde os anos 1827. (PRADO & FRANCO, 2012, p.207) (LOURO, 2007, p.447) Francisca Senhorinha demonstrará, ao longo das publicações, o seu grande conhecimento sobre leis e projetos relativos à educação formal brasileira³⁵. Além disso,

³¹ Eis novamente o uso do conceito de “maternidade patriótica” usada por Barbara Souto (2013, p.37).

³² *O Sexo Feminino*. 1º de novembro de 1873, n. 9. “Como devem trabalhar as mães de família para fortificar o caracter de suas filhas”. p.1.

³³ *O Sexo Feminino*. 1º de novembro de 1873, n.9. “Como devem trabalhar as mães de família para fortificar o caracter de suas filhas”. p.1.

³⁴ Expressão usada por Constância de Lima Duarte (1989, p.19) na obra escrita por Nísia Floresta (1810-1885) intitulada *Direitos das mulheres e Injustiça dos homens* (1832). Essa obra é considerada uma tradução livre de *The Vindication of the rights of the woman* (1792) de Mary Wollstonecraft, mas há controvérsias sobre o material-fonte (a tradução pode ter se baseado em outras obras, como *Woman Not Inferior to Man*, de autoria desconhecida). Mesmo assim, *Direitos das mulheres* representa o pensamento de uma das precursoras do feminismo no Brasil, que colocou muito de si em seu trabalho. Nísia também sofreu influência do positivismo, e conheceu pessoalmente Augusto Comte.

³⁵ Francisca acompanhou a trajetória política de Manoel Francisco Corrêa (1831-1905), que além de “ex-ministro dos estrangeiros”, atuou também como presidente da Câmara dos Deputados e, para os fins que aqui nos interessam, foi fundador de associações voltadas para a educação de meninos e meninas de baixa renda, e diretor de escola normal na Corte. *O Sexo Feminino* por muitas vezes comentou e parabenizou as atitudes tomadas pelo político em prol da educação, inclusive recebendo respostas de Manoel via correspondência. Além dessa conexão direta com autoridades educacionais, Francisca cobrou do governo imperial, em 18 de julho de 1874, mudanças legais sobre a habilitação necessária pelos professores para lecionar fora de suas províncias de origem, considerada descabida pela professora e jornalista em vista da formação já assegurada nas escolas normais de origem dos profissionais. Fontes: *O Sexo Feminino*. 14 de janeiro de 1874, n.18. “Grande movimento litterario”. p.4. *O Sexo Feminino*. 23 de maio de 1874, n. 33. “Conferencias litterarias”. p.4. *O Sexo Feminino*. 19 de junho de 1874, n. 36. “Honrosa eleição parlamentar”. p.4 *O Sexo Feminino*. 18 de julho de 1874, n. 39. “A instrucção pública progredê: já lá vão os tempos da estacionariedade; mas muito ha o que fazer”. p.1-3. *O Sexo Feminino*. 12 de dezembro de 1875. n. 17. “O baptismo do príncipe”. p.4 *O Sexo Feminino*. 28 de março de 1874, n.26. “Mais uma carta honrosa”. p.1.

como citado por Barbara Souto (2013, p.32), ela era “leitora assídua de periódicos e obras estrangeiras”, e em especial, versada em pensadores franceses (apesar de não citar Comte). Pontuamos aqui a possibilidade de que existam correlações entre tais elementos, não tendo Senhorinha “bebido” de apenas uma das “fontes”.

O obstáculo para o progresso da sociedade, de qualquer forma, seria a exclusão das mulheres dos meios educacionais. E tal empecilho seria efeito direto do *despotismo do homem*³⁶, manifestado em todas as fases da vida feminina: *Quando filha, quando mãe, esposa ou viúva, sempre, sempre manietada, oprimida e dominada desde o primeiro até o último homem*³⁷. Em outras palavras, o sexo masculino estava tolhendo do sexo feminino o seu destino social³⁸ - para usar uma expressão comteana. Mas como mencionamos anteriormente, a cobrança moral de Francisca Senhorinha e seu jornal não se limitaria aos homens, até porque, conforme June Hahner (2003, p.94) “ela buscava despertar as mulheres para a sua situação, suas reais necessidades e potencialidades”.

Caso a emancipação acontecesse de fato, as mulheres teriam normativas sociais e morais a seguir - ambas relacionadas à “natureza feminina”. Desta forma, ainda que as mulheres passassem a conhecer seus direitos e os assuntos dos negócios, a figura doméstica teria muita relevância. Não é à toa que os papéis supracitados remetem à maternidade. Para Senhorinha, o seu ideal de mulher “*procura em seus vistuarios a maior simplicidade, e a mais severa decência*”³⁹, isso porque *é o interno, é a inteligência que deve brilhar*⁴⁰. Observamos, mais uma vez, a defesa da inteligência feminina e de sua instrução, pois Senhorinha aqui se refere à importância dada pelos homens à aparência, e não ao saber feminino. No entanto, a crítica também se vira para as mulheres que tratam a vaidade como “vício”. Para além disso, em *O Sexo Feminino* vislumbramos a ideia de que é o interior que faz com que as mulheres mantenham seus casamentos, e sua instrução e educação que mantém a felicidade dentro do dito relacionamento: *Uma mulher que só quer*

³⁶ Termo utilizado pelo editorial escrito por Francisca Senhorinha. Fonte: *O Sexo Feminino*. 14 de setembro de 1873, n. 2. “A minhas patricias”. p.2.

³⁷ *O Sexo Feminino*. 14 de setembro de 1873, n. 2. “A minhas patricias”. p.2.

³⁸ Observamos esse termo relacionado tanto aos proletários quanto às mulheres, destacando a necessidade de renovação intelectual e filosófica de ambas categorias para que atuem na sociedade em prol de sua reforma. O destino social, portanto, seria a função a ser desempenhada por cada setor na sociedade. (COMTE, 1978, p.294)

³⁹ *O Sexo Feminino*. 4 de abril de 1874, n. 27. “Carta da pythagorea Méliça a Clareta”. p.3. A autoria aqui é subentendida de Francisca Senhorinha, afinal o título pode ser ou não fantasia. Em caso de autoria real de Méliça, a anuência de publicação no jornal e a repetição de suas ideias em outras edições nos dão a ideia de concordância por parte do editorial.

⁴⁰ *O Sexo Feminino*. 20 de setembro de 1873, n. 3. “O Sexo Feminino”. p.1.

*agradar a seu esposo encontra seu adorno em sua virtude*⁴¹, e *uma mulher bem educada e instruída é só quem poderá fazer a felicidade e a santa união conjugal*⁴². Concordamos, a partir de nossa análise das fontes, com a afirmativa de Fernanda Andrade (2006, p.86): “A mulher idealizada por Francisca Diniz deveria ser virtuosa, instruída e modesta. [...] Sua vida não deveria se limitar ao ócio e aos entretenimentos fúteis”. É possível perceber, assim, a importância do casamento para o pensamento emancipatório não apenas de Francisca, como também do grupo que a circunda.

Ao mesmo tempo em que o casamento é visto como algo sagrado pelos editoriais, acompanhamos que na contemporaneidade de nossas fontes ele é uma instituição desvirtuada. Segundo Senhorinha, à sua época, *o casamento não passa de um meio de fazer fortuna depressa, sem as dificuldades e as privações que soem acompanhar uma vida laboriosa*⁴³. De acordo com o periódico, as mulheres sofriam golpes constantes dos maridos, sendo que *muitas vezes ellas deitem-se na suposição de serem ricas e acordem outro dia na mais triste realidade de que não possuem cousa alguma*⁴⁴. Em outras palavras, é dizer que os homens estavam mais preocupados com os dotes⁴⁵ do que com as próprias relações conjugais. Conforme June Hahner (2003, p.47), “o dote trazido pela esposa desaparecia na massa dos bens do casamento, e ela não tinha a garantia de uma soma fixa na viuvez”. Podemos estender este argumento a eventuais golpes ou abandonos maritais, em vista de que, “na ausência de um acordo pré-nupcial, um casamento válido resultava num sistema de comunhão total de bens dos cônjuges”, o que daria direito aos homens de tomar posse dos bens adquiridos através das mulheres (HAHNER, 2003, p.46). A indignação era contra a prática masculina, mas também contra o sistema jurídico. No entanto, dois anos mais tarde, o jornal fará a defesa do dote: *o dote nao resguarda só contra a má fé possivel do marido, contra a imprudência e contra o acaso, essa dura fatalidade, da qual ninguém se exime*⁴⁶. Isso pode demonstrar uma mudança nas práticas culturais voltadas aos dotes, o maior conhecimento sobre os supracitados acordos pré-nupciais, ou simplesmente a mudança de perspectiva do periódico sobre os mesmos.

⁴¹ *O Sexo Feminino*. 4 de abril de 1874, n. 27. “Carta da pythagorea Mélissa a Clareta”. p.3.

⁴² *O Sexo Feminino*. 25 de outubro de 1873, n. 8. “A mulher na sociedade”. p.3.

⁴³ *O Sexo Feminino*. 8 de novembro de 1873, n. 10. “O casamento”. p.1.

⁴⁴ *O Sexo Feminino*. 25 de outubro de 1873, n. 8. “O que queremos?”. p.1.

⁴⁵ Os bens ou quantias em dinheiro que as mulheres levavam aos casamentos, oriundos do patrimônio de sua família, eram os chamados dotes. Funcionaria como uma ajuda econômica e como uma compensação pela escolha da noiva pelo noivo.

⁴⁶ *O Sexo Feminino*. 29 de agosto de 1875, n.5. “A mulher”. p.2.

Contudo, este problema não é tratado como um fim em si mesmo. Usando um discurso médico - algo típico do período⁴⁷ - o jornal retoma a pauta da emancipação pela educação: *É necessario pois atacar a origem e não os symptomas*⁴⁸. A origem deste problema seria a má educação dada pelas mães, que como vimos há pouco, seria causada pela falta de instrução para as mulheres. A falta de instrução moral e religiosa também seria a causa de outro tipo de vício do casamento: o seu fim. Conforme lemos no periódico, sem isso, *temos os cancros do repudio e do divorcio lavrando na sociedade como a lepra a mais medonha*⁴⁹.

Em parte, o casamento sacro e ideal⁵⁰ para Senhorinha e sua emancipação é aquele em que os membros do casal amam-se mutuamente, tal qual respeitam-se.

Em uma reprodução de conselhos de um bispo do Pará, D. Antonio, observamos na edição 12 de setembro de 1875 que, além do respeito e do amor, a obrigação da mulher para com o marido é, dentre outras coisas, *obedecer-lhe com affectuosa promptidão [...], responder-lhe com toda mansidão [...] e tolerar com paciencia os seus defeitos*⁵¹. Enquanto isso, o dever do homem para com a esposa é, dentre outros, o de *sustenta-la com decencia [...] e reprehendi-a com benignidade*⁵². Neste ponto, nossa análise vai ao encontro do trabalho de Barbara Souto (2013, p.24), que diz se a princípio o nosso periódico parece “todo fragmentado com informações desconexas, ao longo da leitura percebemos seções que se interligam e outras que se contradizem em alguns momentos, de maneira até funcional”. Isto porque, apesar do latente conservadorismo presente em tais afirmações, em diversas outras seções e edições o jornal frisa outro posicionamento. Na edição de 14 de agosto de 1875, por exemplo, é dito que o homem (em relação à mulher) *deve amal-a,*

⁴⁷ Segundo Fabíola Rohden (2001, p.37), o papel dos médicos mudará ao longo do século XIX, ultrapassando os limites da saúde e indo para o campo da análise social. Os médicos, portanto, tornar-se-iam especialistas nas mazelas da sociedade, desde a criminalidade até os surtos de doenças infecciosas. O discurso médico se popularizou, “e mais do que o combate específico contra [os] males, estava em jogo a idéia da formação de uma população saudável que garantisse o futuro de cada nação”.

⁴⁸ *O Sexo Feminino*. 8 de agosto de 1875, n.3. “O casamento”. p.3.

⁴⁹ *O Sexo Feminino*. 18 de agosto de 1874, n. 42. “Amor conjugal”. Grifos do original. p.1.

⁵⁰ Voltamos a mencionar que este é um valor compartilhado pelo grupo feminista que circunda o jornal. A poetisa Narcisa Amália, em uma carta escrita ao Dr. Miguel Vieira Ferreira, qualifica o casamento como um enlace cristão, e como a ligação entre “dous individuos que emprehendem juntos uma viagem atravez do deserto e que tem de descansar no fim do dia á sombra piedosa da mesma palmeira”. Fonte: *O Sexo Feminino*. 9 novembro de 1873, n. 13. “Carta ao Dr. Miguel Vieira Ferreira”. p.2.

⁵¹ *O Sexo Feminino*. 12 de setembro de 1875, n. 7. “Obrigação da mulher casada”. p.3.

⁵² *O Sexo Feminino*. 12 de setembro de 1875, n. 7. “Obrigações do marido”. p.3.

*acatal-a, veneral-a e fazel-a em tudo feliz*⁵³. Desta forma, em que medida a obediência feminina fez parte do rol de argumentos de *O Sexo Feminino*? Podemos afirmar que ainda que os modelos burgueses de relacionamento sejam os vigentes no periódico, não nos parece crível que as mulheres sirvam como fiéis servidoras dos homens - por mais que o seu papel seja de instruir-los. O papel feminino desenvolvido pelo periódico é, principalmente, de utilidade pública para a humanidade, e não de exclusividade para os homens. A jornalista menciona o papel de *traste de casa* que seria atribuído à mulher de seu tempo, pelos homens por ela considerados *retrogradados, pessimistas, e vigilantes sentinellas das antigualhas*⁵⁴. Como Senhorinha bem diz, esta seria a *escola antiga* de pensamento - podemos perceber uma influência positivista nos termos, como citado por Barbara Souto (2013, p.31) em sua dissertação. Assim sendo, a inferioridade feminina e a sua consequente subserviência aos homens seria um dos problemas da sociedade, pois já seria algo ultrapassado: [...] *o systema de attribuir inferioridade á mulher com relação ao homem chegou á sua ultima phase e ultima hora. Cumprio o seo tempo*⁵⁵. Em outra edição, o argumento é ainda mais contundente: *É mais que tempo de quebrar as cadeias com que nos arroxeeas os pulsos, homens.*⁵⁶

Como uma das formas de resposta a isso, podemos mencionar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, tema amplamente divulgado em *O Sexo Feminino: E' tempo de darmos o grito de nossa independência, [...], proclamando alto e bem alto a nossa capacidade para certos empregos publicos, e muito principalmente para o magistério [...]*⁵⁷. O jornal divulgará regularmente novos postos de trabalho ocupados por mulheres, defendendo as capacidades femininas para *occupar o emprego de medico, de chimico, naturalista, physico, pharmaceutico, pintor, telegraphista, tachygraphista, botânico, agente de correios, negociantes de rendas, sedas, fitas [...]*⁵⁸, mas, acima de tudo, a atuação na área da educação. Contextualizando esse fato, não é por acaso: “Em meados do século XIX, havia poucas profissões ‘honradas’, além do magistério, que as ditas ‘mulheres dignas’ pudessem exercer”. (HAHNER, 2003, p.79) Assim, o papel feminino estaria sendo levado para fora do âmbito doméstico de forma correta e útil socialmente. De uma forma ou de outra, “o ensino deu a algumas mulheres maior

⁵³ *O Sexo Feminino*. 14 de agosto de 1875, n.4. “A mulher”. p.1.

⁵⁴ *O Sexo Feminino*. 26 de setembro de 1875, n. 9. “O Sexo Feminino”. p.1.

⁵⁵ *O Sexo Feminino*. 29 de agosto de 1875, n.5. “A mulher”. p.2.

⁵⁶ *O Sexo Feminino*. 29 de julho de 1875, n. 2. “Emancipação racional da mulher”. p.2.

⁵⁷ *O Sexo Feminino*. 29 novembro de 1873, n. 13. “Instrução e educação pela professora”. p.2.

⁵⁸ *O Sexo Feminino*. 29 de julho de 1875, n.2. “Emancipação racional da mulher”. p.2.

independência econômica do que qualquer outra coisa que tivessem feito”.(HAHNER, 2003, p.81) A participação de *O Sexo Feminino* na divulgação desse processo demonstra o seu interesse em contribuir com a independência das mulheres. Ao dizer que *a riqueza intelectual produzirá o dinheiro, e com este se satisfarão as necessidades*⁵⁹, Francisca Senhorinha reitera a ideia de que as mulheres devem ganhar o seu próprio dinheiro e não depender dos homens. Ao mesmo tempo, notícias de outros lugares do mundo são usadas como exemplo das capacidades femininas enquanto trabalhadoras, como o caso da Suíça, que estaria empregando mulheres nos correios e nos telégrafos⁶⁰.

Outro aspecto de destaque ao falar sobre a situação feminina fora do país é o ensino superior. Por este não ser concedido no Brasil, há a cobrança em relação ao governo: *porque [o governo] não legisla a fim de que as mulheres em nossa terra possam ser graduadas nas sciencias mais indispensaveis aos uzos da vida?*⁶¹ Tendo como principal bandeira a emancipação das mulheres através da educação, não é de se estranhar esse tipo de manifestação, que também volta-se para os homens no geral: *E' tempo de reparardes a injustiça que nos haveis feito, conservando-nos trancadas todas as portas dos estabelecimentos de ensino superior*⁶².

Ainda assim, o que mais será abordado tem relação direta com a formação normalista, mais próxima à realidade nacional e das responsáveis pelo jornal: as educações física, moral e intelectual. Conforme Barbara Souto (2013, p.46) esses são tópicos que também aparecem em outros segmentos da imprensa feminina da época, como o periódico *A Família* (1888-1897).

A educação, enquanto conceito, é definida pela redatora do jornal como a forma de mudar-se o gênio das crianças a fim de colocá-las no caminho correto, do bem⁶³. É feita uma diferenciação entre instrução e educação - *Sempre seremos coerentes com o principio—educação pela mãe na familia, e instrucção pelo mestre no collegio*⁶⁴. É uma explícita separação entre os ambientes público e privado, sendo defendida a ideia de que “a educação deve vir de casa”, para ser complementada pela escola. Observamos que, à medida que tal separação se mantém para os instrutores/professores homens, o mesmo não

⁵⁹ *O Sexo Feminino*. 7 de setembro de 1873, n. 1. “A educação da mulher”. p.1.

⁶⁰ *O Sexo Feminino*. 20 de dezembro de 1873, n. 15. “O progresso de nosso sexo”. p.3.

⁶¹ *O Sexo Feminino*. 28 de janeiro de 1874, n. 20. “As mulheres cursando a Universidade de Cambridge”. p.3.

⁶² *O Sexo Feminino*. 22 de julho de 1875, n. 1. “A racional emancipação da mulher”. p.2.

⁶³ *O Sexo Feminino*. 4 de outubro de 1873, n. 5. “Educação physica, moral e intellectual”. p.1.

⁶⁴ *O Sexo Feminino*. 11 de outubro de 1873, n. 6. “Educação moral”. p.1.

se dá para as mulheres: as professoras estariam executando uma extensão do papel materno, portanto não há a mesma pressão para que a educação não seja feita por elas em conciliação com a instrução. (LOURO, 2007, p.450)

A primeira das educações é a física e serviria para a formação de *homens robustos e sadios, tornando-os aptos para os diversos misteres da vida laboriosa*⁶⁵. Nesta mesma edição, o assunto será desenvolvido a partir da higiene e da saúde: *a educação physica portanto fará vigorecer a saude dos filhos, desenvolver-lhe os órgãos [...] vêde uma família educada, vêde o seu asseio [...]*⁶⁶. Para compreendermos a motivação de tal tipo de educação, é preciso tomar conhecimento da situação sanitária e médica do período. Ao mesmo tempo em que os formados em medicina partiam para análises sociais, “para se tornar homens de peso na vida cultural de sua época”, os ideais higienistas estariam entrando em vigor como uma forma de controle epidêmico e social. (ROHDEN, 2001, p.36) Na capital, eram comuns as epidemias de febre amarela, estimuladas pelas más condições de habitação e saneamento. A higiene, por um lado, vai contribuir para uma mudança de perspectiva sobre a saúde, de teor “progressista”, fato que irá inclusive alterar as formas de organização hospitalar e os processos cirúrgicos. (ROHDEN, 2001, p.64) Pelo outro lado, surgirá “uma política de higiene pública e de campanhas de medicalização dos indigentes e assalariados”, que ao longo das décadas vai ser aplicada com cada vez mais verticalidade e imposição. (ROHDEN, 2001, p.37) É dizer, portanto, que haverá uma moralização da higiene, tomada como caminho de sanar os problemas da sociedade - que, como já vimos, era vista como cheia de vícios e corrupções. Mais do que curar a febre amarela e a tuberculose, as ideias higiênicas visavam construir uma nação moralmente saudável. Ao trazer isso para o âmbito educacional, Senhorinha demonstra uma preocupação com papel social da mulher, que deveria contribuir para o saneamento dos costumes e do próprio organismo das crianças - o que evitaria a contaminação por doenças.

A educação moral, de acordo com a definição de nossa fonte, *quer dizer conhecimento dos bons costumes de todos os povos civilizados*⁶⁷, e *é ella quem fórma o character, quem nos ensina a dirigir-nos*⁶⁸. A educação moral, então, seria o ensino dos costumes ocidentais típicos dos oitocentos, que encaravam as populações não industriais

⁶⁵ *O Sexo Feminino*. 4 de outubro de 1873, n. 5. “Educação physica, moral e intellectual”. p.1.

⁶⁶ *O Sexo Feminino*. 4 de outubro de 1873, n. 5. “Educação physica, moral e intellectual”. p.1.

⁶⁷ *O Sexo Feminino*. 11 de outubro de 1873, n. 6. “Educação moral”. p.2.

⁶⁸ *O Sexo Feminino*. 6 de dezembro de 1873, n.14. “Vantagens da educação moral”. p.1.

(ou não capitalistas) enquanto manifestações contrárias à civilização. Em uma tradução⁶⁹ do francês feita por Amelia Diniz, filha de Francisca, há o emprego do termo “selvagem” para aludir a indivíduos que estão sendo aculturados pela cristandade e pela cultura ocidental burguesa - um legítimo discurso civilizatório. Segundo Fernanda Andrade (2006, p.101), “a necessidade e a pertinência ou não da instrução dos negros [...], índios e mulheres tornaram-se assuntos amplamente debatidos pela sociedade”, o que nos fornece suporte para compreender as razões de tais inferências no jornal. De qualquer forma, a relação estabelecida entre civilização e progresso ficará muito marcada em *O Sexo Feminino*:

As nações onde hoje é mais completa a educação das mulheres são também as que mais prosperão no *desenvolvimento moral e civilizador*. Nos Estados-Unidos o respeito para com o nosso sexo, chega até a adoração, e a mulher livre dos preconceitos ridiculos que a avexão nas velhas sociedades, *é um elemento vivo de progresso* [...]⁷⁰

A citação acima demonstra que o processo civilizatório e progressista só teria cabo em nações que valorizassem a educação feminina, ou que respeitassem as mulheres. A observação feita por Senhorinha de que as mulheres beiravam a adoração também é um elemento digno de destaque, pois nem todas as mulheres recebiam o mesmo tipo de tratamento nos Estados Unidos. (DAVIS, 2016, p.18) O progresso aparece em *O Sexo Feminino*, portanto, sob dois aspectos: como manifestação de um modo burguês de se encarar o Outro, mas também como uma maneira de defender o acesso à educação para as mulheres.

Este tipo de manifestação surge sob forte influência positivista, uma corrente firmada na ideia de progresso. (ANDRADE, 2006, p.97) A educação moral serviria como base para a reprodução dos princípios deste progresso, e seria mais uma forma de evitar o “atraso” e os “retrógrados” em relação ao papel das mulheres. Em parte, essa educação cumpre papel fundamental na regeneração da sociedade, que *está destruída, por que está sem a base verdadeira, que é a - moral*⁷¹. A função central da mulher durante esse processo dar-se-ia, primeiramente, devido as incumbências de educadora e regeneradora da sociedade, como supracitado. Em segundo lugar, a educação moral relacionar-se-ia à

⁶⁹ *O Sexo Feminino*. 20 de setembro de 1873, n.3. “A natureza é o throno exterior da magnificência divina”. p.4.

⁷⁰ *O Sexo Feminino*. 2 de maio de 1874, n. 31. “A causa da mulher cada vez mais acoraçada, e caminhando para o triumpho.” Grifo nosso. p.2.

⁷¹ *O Sexo Feminino*. 1º de novembro de 1873, n.9. “Às mãis de famílias”. p.2.

mulher pelo seu caráter moralmente superior ao homem. Neste ponto, tornamos a refletir com base no pensamento de Nísia Floresta, que parece realizar uma ponte interessante entre o positivismo e o feminismo averiguado em nossas fontes. Citando Nísia (1989, p.57), os homens “têm todas as vantagens necessárias para bem governarem; mas se [...] passamos pior debaixo de seu governo que do nosso, a consequência é bem evidente: é porque falta-lhes ou capacidade natural, ou probidade”. Tanto em *O Sexo Feminino* quanto na obra nisiana distingue-se a vantagem masculina na educação, e como esta é responsável por impedir o acesso feminino à emancipação. No ideário positivista puro, o papel feminino é resguardado pelos homens e tem como principal atuação o âmbito doméstico. (COMTE, 1978, p.97, 127) *O Sexo Feminino* bradará pelos direitos das mulheres no mundo social. No periódico, a mesma Amelia Diniz é categórica ao afirmar que *a mulher é em tudo superior ao homem*⁷². Em outra edição, reproduz-se uma matéria do periódico *Independente*, que faz o uso de argumentos religiosos para instaurar uma superioridade moral feminina: *o Divino Creador quiz acabar a sua obra pela fôrma mais perfeita e completa. Qual é ella? A mulher*⁷³.

A terceira das formas de educação é a educação intelectual. Esta apresenta uma característica dúbia em nossas fontes: ao mesmo tempo é educação e instrução. Enquanto educação, apresenta três conceitos centrais: a *atenção*, a *memória*, e a *imaginação*⁷⁴. Observamos como abordagem o papel da mãe exercitar esses três tópicos com o filho, mas depois de tudo o que apresentamos acima, podemos encarar a manifestação como também um papel extensível às professoras. A memória serviria para ajudar a fixar o conteúdo, a atenção, a relacionar este conteúdo com outras coisas; e a imaginação, a pensar para além dos livros e dos ensinamentos aprendidos, interpretando a realidade. A importância que conseguimos entender desses aspectos, se tratando da figura feminina, é justamente o papel redentor da educação e instrução intelectual - aqui surge a segunda parte da dubiedade. É tratada a educação intelectual como puro conhecimento científico, o saber em si - outro elemento que indica a intenção do periódico de relacionar mulheres e educação formal.

⁷² *O Sexo Feminino*. 28 de março de 1874, n. 26. “Primazia da mulher em relação ao homem”. p.2.

⁷³ *O Sexo Feminino*. 19 de junho de 1874, n. 36. “A guerra dos homens”. p.1.

⁷⁴ *O Sexo Feminino*. 18 de outubro de 1873, n.7. “[Instruc]ção intellectual”. A fonte apresenta lacunas devido ao tempo, por isso fazemos o emprego de colchetes para expressar nossa interpretação do que significavam os espaços incompreensíveis. p.2.

Apesar das rasuras nas fontes, podemos identificar alguns termos chave quando a autora (Senhorinha) argumenta sobre os prejuízos da falta de educação intelectual: *a educação intellectual [se desprezada] constituirá um roubo de u[ma ...] vez brilhante do menino [ou menina] nascidos de paes pobres [...]*⁷⁵. Em outras palavras, é afirmar que a intelectualidade é uma forma de elevação social.

Assim sendo, uma série de proposições de *O Sexo Feminino* buscaram legitimar a mulher enquanto merecedora de instrução - durante o século XIX, a mentalidade das mulheres era considerada fraca por parte do discurso hegemônico masculino. (ROHDEN, 2001, p.43) - *E' um engano suppol-a [a mulher] toda coraçõ, quando Deos lhe dera a mais graciosa cabeça para gyrar [...] em torno das mais nobres e radiantes ideias*⁷⁶, diz D. Ignez Flavia d'Aguiar Mourão, apoiadora do jornal. Outra contribuição é a feita por Narcisa Amália, que afirma *que a mulher recebeu da natureza o mimo da sensibilidade, é uma verdade indiscutível; porém essa verdade clama bem alto a favor de suas aptidões intellectuaes*⁷⁷. Por fim, um editorial da própria Francisca nos serve como exemplo: *E' a vós [homens] que é devida a nossa insufficiência; intelligencia temos igual a vossa*⁷⁸. O argumento de Senhorinha vai ao encontro da autora inglesa Mary Wollstonecraft (2016, p.57), que ao considerar as mulheres tão capazes quanto os homens (mas por eles inferiorizadas) lança um desafio: “deixemos espaço para que suas faculdades [das mulheres] se desenvolvam e suas virtudes ganhem força e, então, decidiremos qual deve ser a posição do sexo feminino, por inteiro, na escala intelectual”. Através da provação, de certa forma, se demonstraria a igual capacidade feminina de pensar e agir - assim como o que aqui discutimos, a barreira para o auge da potência das mulheres é a ação opressora dos homens.

Ou seja, estas mulheres encaravam a instrução como um fator possível dentro da “natureza feminina”, e não algo excludente como os homens faziam crer. Discernimos, então, uma reinterpretação do papel feminino mesmo dentro a lógica burguesa.

O que buscamos sintetizar neste primeiro capítulo demonstra o choque entre dois elementos principais: o sistema patriarcal que cerceava as liberdades e direitos das mulheres, e a resposta emancipatória dada a ele. Como resultado deste embate,

⁷⁵ *O Sexo Feminino*. 18 de outubro de 1873, n.7. “[Instruc]ção intellectual”. p.2.

⁷⁶ *O Sexo Feminino*. 30 de agosto de 1874, n. 44. “Carta de uma assignante”. p.1.

⁷⁷ *O Sexo Feminino*. 11 de outubro de 1873, n.6. “A nossa instrucção”. p.2.

⁷⁸ *O Sexo Feminino*. 6 de dezembro de 1873, n.14. “O Sexo Feminino”. p.1. Impossível não relacionar esse tipo de argumento à visão construída por Nísia Floresta (1989, p.52), que diz “eles bem conhecem a injustiça que nos fazem”.

percebemos a composição de um discurso que ora recorre à lógica burguesa, ora recorre à quebra das estruturas já solidificadas. No caso aqui analisado, Francisca Senhorinha e suas colaboradoras utilizaram visões não como apropriações exatas e literais, mas como recursos explicativos em resposta a determinadas questões. Havia, portanto, uma escolha política voltada para a emancipação das mulheres - o que em nada impediu a criticidade em relação ao “material fonte”, ou o uso de outras bases intelectuais. (ALONSO, 2002, p.241)

É possível, ainda, que o uso de materiais feitos por homens próximos das responsáveis do jornal tenha sido feito com a intenção de estabelecer diálogos com eles - seja no aspecto profissional, seja no aspecto ideológico - além de manifestar aproximações com indivíduos influentes na sociedade. O principal exemplo disso é a publicação no jornal do texto “A mulher”⁷⁹, escrito por José Miguel de Siqueira⁸⁰ e dedicado a Candido Ignacio Ferreira Lopes, diretor da Escola Normal de Campanha onde atuavam Francisca e seu marido. Além disso, nos valem de Alexandra Pinheiro (2010, p.48), que diz que “as contradições na definição da mulher correspondem às próprias dúvidas criadas no século XIX em torno da representação feminina”. Todos estes fatores não anulam a possibilidade de contenção do discurso devido às condições impostas pelo patriarcado que, por meio de suas condenações morais, colocavam traços de personalidade, insatisfação ou revolta como manifestações de histeria, falta de educação ou deslocamento do papel ideal para a mulher. (TELLES, 2007, p.423)

Fora a questão relativa à organização do discurso, sintetizamos neste primeiro capítulo os elementos constituintes da idealização feminina ligada à emancipação. Os modelos que nossas fontes apontam como parte de uma mulher emancipada, em sua completude, aludem a elementos de retidão, fé cristã, dedicação maternal mas, além disso, participação no mercado de trabalho, crença no progresso da civilização e atuação fora da vida doméstica. Isso não exclui, evidentemente, o papel central do casamento para essa mulher emancipada, que além de tudo deveria prezar pela vida familiar, pela criação das próximas gerações e, por consequência ela regeneração dos costumes do século XIX. Nos deteremos melhor nesta questão em nossas considerações finais, mas estas concepções,

⁷⁹ *O Sexo Feminino*. 18 de abril de 1874, n. 29. “A mulher”. p.3.

⁸⁰ De acordo com Raquel Martins de Assis e Juliana de Souza Martins (2012, p.103), Siqueira contribuiu com os jornais *O Baependyano* (1877-1889) e *Vinte de Agosto: o Órgão do Partido Conservador* (1885-1886), principalmente nas seções relativas à educação e psicologia. No final do século também seria autor de livros sobre educação religiosa. Fora da educação, atuou como tenente-coronel e deputado provincial.

como buscamos demonstrar ao longo do capítulo, não limitam-se ao pensamento de Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Há uma concordância estabelecida entre leitoras, colaboradoras, mulheres escritoras que defendiam o mesmo tipo de saberes e até mesmo homens educadores.

Assim sendo, procuramos também desenvolver uma problematização sobre os lugares sociais de que se ocupavam as criadoras (e praticantes) de tal idealização feminina. Como a imagem veiculada pelo periódico seria comparável às diferentes experiências femininas do século XIX? É o que pretendemos avaliar no segundo capítulo deste trabalho.

3 COMPANHEIRAS SIM, ESCRAVAS NÃO!⁸¹: A RELAÇÃO DO JORNAL E SUAS PAUTAS COM A SITUAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES DO BRASIL IMPERIAL

3.1 A desigualdade social brasileira e as mulheres

O período compreendido pelo Império na história do Brasil foi emblemático por diversos motivos: um deles, e quiçá, o mais nevrálgico de todos, afetou a vida de Luiza Benguela diretamente. Como o próprio nome de Luiza sugere⁸², ela era africana. Casou-se com outro africano, de nome Joaquim Congo. As semelhanças entre os dois não terminam aí: ambos foram escravizados e trazidos para o Brasil, acabando por se tornar mercadorias nas mãos de seu senhor, José Antônio Martins Lascasas, que, após muito tempo, também foi responsável por conceder as alforrias do casal. Segundo Regina Célia Lima Xavier (1996, p.72), mais do que a liberdade foi conquistada por ambos - o sobrenome de Lascasas pôde ser mantido pelos dois após a libertação. Nas palavras de Xavier (1996, p.72), “um nome trazia a sua origem étnica, outro [...] testemunhava sua sujeição ao branco. [...] dependendo da ocasião, uma ou outra identidade era acionada”.

Luiza Benguela, portanto, era uma mulher africana que teve experiências de vida ímpares, tendo conquistado a liberdade a duras penas antes mesmo do maior regramento sobre alforrias elaborado em 1871. O seu caso, entretanto, não se apresenta como isolado: Luiza nos serve como amostra da realidade social existente no Brasil dos anos 1800, e em especial, a situação de uma parcela da população negra nesta época. A necessidade de usar o nome do antigo senhor e proprietário nos demonstra mais do que a simples submissão, ao englobar o rol de práticas de resistência adotadas pela comunidade negra durante o

⁸¹ O título faz alusão ao editorial “O que queremos?” da oitava edição de *O Sexo Feminino*, publicada em 25 outubro de 1873, e que diz “Queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas”. Fonte: *O Sexo Feminino*. 25 de outubro de 1873. “O que queremos?”. p.1.

⁸² Os nomes Benguela e Congo fazem alusão às nações a que pertenciam os dois escravizados citados. Para compreender melhor o conceito de nação, nos referimos a Parés (2018, p.80), que diz que “os nomes das nações africanas no Brasil, marcas com que os traficantes e os senhores classificavam seus cativos, não se referiam necessariamente às origens étnicas destes, mas aos portos, reinos, ilhas ou à área geográfica em que haviam sido embarcados”. Com isso, essas classificações passavam a servir de sobrenome para os escravizados em solo brasileiro. As nações supracitadas pertenciam à região da África central-atlântica, de acordo com a divisão de Mary Karasch (2000 apud ALADRÉN, 2014, p.34). Regina Xavier se vale do caráter étnico de nação na citação do início deste capítulo, o que corroboramos através de Gabriel Aladrén (2014, p.35), que atribui aos novos laços forjados entre os cativos, novas relações étnicas.

processo de escravidão. Esse tipo de atitude também sinaliza outra condição - não apenas as pessoas negras escravizadas eram vítimas do sistema. Negros escravizados e libertos, negros livres, africanos e brasileiros (ou crioulos⁸³), imigrantes europeus pobres, trabalhadores e trabalhadoras das incipientes indústrias, mulheres e homens das zonas periféricas, populações indígenas em suas mais variadas representatividades étnicas: todos esses indivíduos circularam pelo Brasil monárquico, cada qual à sua maneira. As suas vivências, portanto, nos indicam diferentes experiências durante o mesmo período histórico, entrelaçando-se através das relações de poder circundantes.

Como mencionamos no primeiro capítulo deste trabalho, o país passava por mudanças sociais e institucionais de grande impacto. Tais configurações foram paralelas ao desenvolvimento burguês de mentalidade que precisa ser encarado através dos devidos recortes - ou seja, tal tipo de óptica influenciou os diferentes grupos de formas também diferenciadas. Francisca Senhorinha da Motta Diniz tinha o seu lugar social dentro deste espaço, permeado por suas experiências pessoais, além de suas formações intelectuais e políticas. O mesmo podemos inferir às suas filhas, colaboradoras e interlocutoras. Desta forma, neste segundo capítulo, buscaremos compreender como as pautas trazidas em *O Sexo Feminino* dialogam com as experiências brasileiras do século XIX, e analisar, em certa medida, o quão próximas estavam as expectativas das mulheres de *O Sexo Feminino* das vivências de mulheres de outras classes sociais e composições raciais/étnicas.

A começar pelas experiências indígenas, precisamos realizar algumas ressalvas: a historiografia é vasta em estudos sobre as diversas etnias indígenas brasileiras durante o período colonial, porém é deficitária em trabalhos sobre a mesma temática durante o Império. Em igual medida, podemos assinalar a extrema dificuldade em encontrar trabalhos acadêmicos que problematizam especificamente a condição das mulheres indígenas durante o século XIX, independente de identidade étnica. Isso nos leva a pensar as continuidades e disparidades históricas entre as arbitrárias periodizações feitas no ofício historiográfico: ainda que as vivências experimentadas pelas mulheres indígenas dos

⁸³ O termo crioulo, no contexto do escravismo africano dos séculos XVII, XVIII e XIX, se refere aos indivíduos negros nascidos nas Américas fruto do relacionamento de escravizados africanos. Assim como outros termos (preto, cabra, pardo, mulato, mestiço), crioulo adotaria ao longo do tempo o caráter étnico, identificando um grupo pela cor de pele e origem comum de seus membros. SLENES, Robert. Africanos Centrais. In: SCHWARCZ, Lilia M. GOMES, Flavio. (org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade - 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.65. MARQUESE, Rafael Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos CEBRAP*, n.74, São Paulo, março 2006. p.107-123.

séculos anteriores tenham permanências no dito “período imperial”, seria anacrônico buscarmos referências coloniais para mencionar as desigualdades sociais sofridas por estas pessoas. Assim sendo, utilizaremos alguns poucos estudos de referência⁸⁴ para problematizar a situação das mulheres indígenas no país, afinal, suas experiências também precisam ser levadas em conta.

A relação entre a governança brasileira e as populações indígenas nunca foi de cunho pacifista, e remonta às práticas e ideologias do Brasil Colônia. Os primeiros contatos entre europeus e indígenas resultaram no espraiamento de doenças, com epidemias que condenaram à morte milhares de indígenas e algumas parcelas dos conquistadores. (MELLO, 1985, p.26) A partir de então, nos séculos seguintes, as mortes das populações originárias (em suas mais variadas etnias e costumes) passaram para o campo da intencionalidade, através de conflitos bélicos levados a cabo pelo colonos. Com as constantes capturas de indígenas, tornou-se comum a sua utilização como escravizados: ao contrário do que se pode pensar, não houve uma transição da mão-de-obra indígena para a africana. Conforme Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes (2018, p.274), “a imagem de substituição ou de ‘transição’ da mão de obra indígena para aquela africana não encontra evidências históricas”. Isto porque, de acordo com os dois autores, ambas as forças de trabalho seriam exploradas em concomitância, compartilhando certos espaços e afazeres, pelo menos durante algum tempo. (SCHWARCZ & GOMES, 2018, p.275)

Tanto o conflito armado quanto a escravização das populações indígenas serão permanências observáveis ainda no século XIX. Com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, por exemplo, será expedida uma autorização régia para que os mineiros dessem combate aos “botocudos”, configurando, ao mesmo tempo, uma outorgação militar e permissão para o aprisionamento e escravização de indígenas do referido grupo.⁸⁵ Mais do que uma declaração de guerra comum, a ideia central da carta é

⁸⁴ Dentre estes caminhos referenciais, destacamos os trabalhos das historiadoras Soraia Sales Dornelles e Márcia Campos, respectivamente intitulados *A questão indígena e o Império: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891* (2017) e *As mulheres indígenas no imaginário dos viajantes: Mato Grosso - século XIX* (2012).

⁸⁵ “Que sejam considerados como *prisioneiros de guerra* todos os Índios Botocudos que se tomarem com as armas na mão em qualquer ataque; e que sejam entregues para o serviço do respectivo Commandante por dez annos, e todo o mais tempo em que durar sua ferocidade, *podendo elle empregar-o em seu serviço particular* durante esse tempo e conserval-os com a devida segurança, *mesmo em ferros*, emquanto não derem provas do abandono de sua atrocidade e antropophagia”. Retiramos este excerto da *Carta Régia de 13 de maio de 1808*, presente na *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1808*, disponível on-line no Portal da Câmara dos Deputados no seguinte endereço eletrônico: <https://www2.camara.leg.br/atividade->

atuar de maneira civilizatória sobre os indígenas “botocudos”, que por supostamente realizarem a antropofagia em caráter ritualístico⁸⁶, eram colocados como contrários aos “índios mansos” - isto é, já aculturados - e contra a civilização. Com base nisso, concordamos com a afirmativa de Soraia S. Dornelles (2017, p.23), de que “a violência foi uma marca das relações com as populações indígenas: fosse pela expropriação de terras e trabalho (remunerado ou escravo) ou pela perseguição propriamente dita.”

O ano de 1831 foi emblemático para a história do Brasil no que concerne à libertação de escravizados: foi o ano de promulgação da primeira lei contrária ao tráfico transatlântico, e também o ano de revogação da supracitada carta régia. Em teoria isso colocava em cheque, de uma vez só, as guerras contra populações indígenas⁸⁷ e a escravização tanto de indígenas quanto de africanos. Apesar de benéficas no papel, as medidas apresentaram complexidades materiais próprias que impediram, ou pouco alteraram a situação das populações subjugadas. Ao observarmos a questão indígena, é possível se perceber apenas uma mudança de estatuto: de escravizado, passava-se a tutelado.

Em termos gerais, os tutelados ficavam sob responsabilidade dos Juízes de órfãos - funcionários do Estado Imperial - dispostos a fim de assegurar as integridades físicas e de propriedade dos indígenas. Tais juízes, entretanto, também teriam autoridade para ceder-lhes a particulares, seja para serviços remunerados ou não. E, em alguns casos, os juízes de órfãos se valeriam de seu poderio para se apropriar das terras indígenas, em um sinal explícito de desvio de sua finalidade original. (DORNELLES, 2017, p. 27) Conforme Manuela Carneiro da Cunha (1992 apud DORNELLES, 2017, p. 26), a tutela foi imposta principalmente “aos índios nos processos de aldeamento, dispondo sobre o trabalho dos mesmos e seus frutos. No século XIX, acrescentou-se a leitura de incapacidade de administração dos bens”.

[legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html](#). Os trechos em destaque foram grifados para os fins desta pesquisa, ressaltando o caráter conflituoso em que ainda se encaravam as populações nativas das terras brasileiras.

⁸⁶ De acordo com Monteiro e Santos (2014, p.5), “antropofagia é o ato de alimentar-se de carne humana, praticado através de um ritual de sacrifício”, ligado geralmente às guerras entre as etnias indígenas.

⁸⁷ Como bem observa Soraia Dornelles (2017, p.27), esta anulação das guerras contra indígenas se referia apenas aos conflitos nas províncias de Minas Gerais e São Paulo, motivo original da carta régia, e não ao Império todo. De qualquer forma, esse seria um exemplo de mudança de postura em relação à maneira com que as populações indígenas estariam sendo tratadas, pelo menos pelas autoridades oficiais.

O aldeamento, por si só, foi outra prática característica de contenção das populações nativas, e apresentou relações diretas entre as estruturas do Estado e da Igreja Católica. Isto porque, a partir dos anos 1840, os aldeamentos ganharam força como espaços de catequese, controle e educação sendo regidos tanto por leigos quanto por religiosos.⁸⁸ (DORNELLES, 2017, p. 33)

É neste momento que destacamos a situação das mulheres indígenas dentro deste contexto: havia também um ideal de mulher indígena estabelecido pelas autoridades “civilizadas”. Conforme Márcia Campos (2012, p. 38), os projetos políticos indigenistas - que despontaram a partir da primeira metade do século - trouxeram à tona uma imagem de integração dos indígenas à Nação brasileira. As mulheres indígenas seriam consideradas centrais nesse processo, pois convertê-las, “através do casamento, da formação da família e da reprodução favoreceria a domesticação e integração dos povos índios na igreja e na sociedade civil” (CAMPOS, 2012, p.41). Ainda de acordo com Márcia Campos (2012, p.95), falava-se em ingresso de brancos, negros e mulatos nos ditos aldeamentos, também para o favorecimento do intercâmbio cultural e da mestiçagem que, apesar da presença destes dois últimos, tinha como objetivo final uma espécie de embranquecimento dos grupos indígenas. As mulheres indígenas aldeadas, portanto, seriam as responsáveis por esse contato étnico, em uma evidente objetificação de seus corpos.

Ao mesmo tempo, pelos menos entre os anos 1850 e 1880, as mulheres e homens de diferentes etnias indígenas tiveram de enfrentar os ataques efetuados por expedições particulares voltadas para o ataque de aldeias e o extermínio de seus moradores. (DORNELLES, 2017, p.91-95) Durante estas práticas, segundo Soraia S. Dornelles (2017, p.93), aqueles que se consideravam ‘bandeirantes modernos’ “invadiam as moradas dos índios com eles ainda dormindo; principiavam a matança pelas mulheres e crianças, escapando apenas as que se decidia aprisionar”. As violências cometidas contra essas mulheres, para além do aprisionamento, da escravidão e da morte, passaram também por

⁸⁸ O objetivo desse projeto, sistematizado em 1845, era evidente: assimilar os indígenas através de um discurso civilizatório. Essas ideias assinalaram a complexa postura adotada pelo governo Imperial com o decorrer dos anos, que simultaneamente sistematizou uma estrutura para o controle da mão-de-obra indígena, e pleiteou empregar projetos de aculturação dessa população. A escravização das populações negras, ainda que também censurada por alguns, teria maiores adesões durante os oitocentos do que a sua contrapartida indígena. O emprego de trabalho forçado indígena seria mascarado por seus adeptos, e condenado pelas pessoas contrárias, não necessariamente pelo caráter humanitário, mas também por uma suposta degradação do trabalho em si. Sob o ponto de vista desses, a aculturação seria um mecanismo mais “digno” para a colocação dos indígenas dentro da “civilização” e da “vida social”.

abusos sexuais, já que “foi comum a prática de desposar essas mulheres ‘pegas pelo laço’” (DORNELLES, 2017, p.96). Novamente, percebem-se que o papel que a sociedade delimitava às indígenas era o de reprodutoras e objetos sexuais. Ainda se faz necessário aprofundar estudos sobre a história das resistências das mulheres dos povos originários do Brasil, fato evidente quando observamos a atuação das mesmas na preservação dos modos de vida e da cultura das suas comunidades. Dentro e fora dos aldeamentos, então, o ideário de mulher indígena veiculado no século XIX brasileiro foi o de meio para se adquirir um fim: a miscigenação.

A problematização destas questões de violência nos leva a encarar outro elemento fundamental - as composições familiares indígenas⁸⁹. Se para as nossas fontes (como vimos no primeiro capítulo) o casamento é uma união sagrada, monogâmica e que tem como forma idealizada o companheirismo interno do casal, observamos outras dinâmicas com as famílias indígenas. Segundo Márcia Campos (2012, p.106), a composição dos casamentos variava de acordo com a cultura de cada grupo indígena, podendo ser monogâmica, poligâmica ou até mesmo poliândrica - em que uma mulher casa-se com mais de um homem⁹⁰. Mesmo diante da monogamia, discernimos diferenças culturais importantes em comparação com a ótica burguesa trazida pelo *O Sexo Feminino* - um caso que podemos usar para exemplificar essa possibilidade de alteridade é o dos Guaicuru, em que a separação de casais era comum e os membros do casal encontravam novos parceiros em outras relações de maneira socialmente aceitável. (CAMPOS, 2012, p.106) A visão sacralizada de casamento em nossas fontes advém da explícita influência cristã, ponto que interliga os modos burgueses e senhoriais de se encarar tais relações. Contudo, sobre os relacionamentos indígenas não há uma palavra sequer em *O Sexo Feminino*, então só é possível conjecturar quais seriam as suas opiniões sobre o assunto.

Para compreender as possibilidades existentes em nossas fontes a respeito desta temática, precisamos entender qual a visão presente sobre o indígena enquanto figura

⁸⁹ Não é a proposta deste trabalho arrolar todas as relações dos diferentes grupos étnicos que, ao apresentarem suas especificidades, não necessariamente correspondem ao que destacamos aqui. Ainda assim, ao encarmos as formas com que as relações das populações originárias eram vistas por seus conquistadores (algo continuado até o século XIX), consideramos indispensável a averiguação e toque desta temática, ainda que de maneira superficial.

⁹⁰ Também não é a nossa intenção afirmar que essa ou aquela forma de relacionamento seja melhor. Os modelos acima apresentados dizem respeito às diferentes culturas, o que também não apresenta relação direta com uma suposta liberdade sexual ou afetiva das mulheres indígenas. Em outras palavras, não procuramos neste trabalho abordar as relações de gênero entre as populações indígenas de maneira idealizada ou ingênua, e sim como relações passíveis de opressões e desigualdades como todas as outras.

étnica - afinal, outra ausência que se pontua no jornal editado por Francisca Senhorinha é a da mulher indígena em si. Como discutiremos anteriormente, há uma abordagem de cunho civilizatório sobre a figura do indígena, já que parte das funções da educação seria a de inculcar nos indivíduos a civilização e a moral. De acordo com Fernanda Andrade (2006, p.101) “o vínculo entre a educação e a civilização predominou em todos os países em que o capitalismo avançava”, o que faz sentido se compararmos ao contexto das publicações de *O Sexo Feminino*. Um dos exemplos mais flagrantes dessa situação se mostra na tradução do francês feita por Amelia Diniz, que em uma espécie de crônica, narra as belezas da Criação e como os cientistas através do tempo têm se relacionado com elas. Ao final, um europeu que percorre a América encontra um indígena (aqui chamado de selvagem) e pergunta o que este fazia. A resposta: “*eu adoro a Deos*”⁹¹. Apesar de não se referir à prática do aldeamento, ou de uma ação consciente do europeu para incutir no americano a crença cristã, a metáfora apresentada relaciona a submissão a Deus ao conhecimento intelectual e superior do progresso: “*Os maiores homens em todos os tempos, Sócrates, Fenelon, Bernardin de Saint Pierre, glorificarão seu nome e contundirão seu espírito diante da face divina*”⁹². Já discutimos no primeiro capítulo deste trabalho a importância do progresso intelectual para a causa das mulheres, bem como isso era encarado e advogado pelo jornal aqui analisado. Em certa medida, a fé incessante no progresso e todas as influências burguesas e positivistas sofridas por nossas fontes tornam esse tipo de posicionamento, no mínimo, previsível.

Outro ponto que mencionamos é o do patriotismo, e como este é usado para favorecer a pauta da educação feminina. Na edição de comemoração do 7 de setembro de 1874, lemos sobre o reconhecimento da importância da Independência nacional: “*todas as nações, grandes e pequenas, ricas e pobres, entre povos civilizados, e até mesmo em toscas e incultas aldeias de miseráveis selvagens [...] é o aniversario de sua independencia*”⁹³. Através dos termos usados, podemos inferir que a autora fala sobre as aldeias indígenas, às quais atribui termos pejorativos: pela falta da aculturação os indígenas seriam incultos, selvagens e miseráveis em um sentido de organização civilizacional. Estas duas citações tornam mais explícitas as visões sobre os povos

⁹¹ *O Sexo Feminino*. 20 de setembro de 1873, n.3. “A natureza é o throno exterior da magnificência divina”. p.4.

⁹² *O Sexo Feminino*. 20 de setembro de 1873, n.3. “A natureza é o throno exterior da magnificência divina”. p.4.

⁹³ *O Sexo Feminino*. 7 de setembro de 1874, n.45. “O dia 7 de setembro”. p.2.

indígenas que brevemente citamos no primeiro capítulo deste trabalho. E, além disso, este posicionamento reflete o pensamento hegemônico da sociedade brasileira durante o período Imperial, em vista dos projetos políticos que se engajaram em colocar os indígenas enquanto populações mais “domesticadas” e assimiladas à cultura ocidental. Com a independência sendo estabelecida enquanto marco universal para a Nação, a inserção dos ditos “selvagens” em seu rol de beneficiados é, automaticamente, a suposição de que todos fazem parte do mesmo corpo nacional.

O silêncio de nossas fontes sobre as práticas sofridas pelas mulheres indígenas, entretanto, dificilmente tem origem apenas no endosso à aculturação de outros grupos étnicos. Após as expedições de bugreiros⁹⁴, ou até mesmo com os aldeamentos, tornou-se rotineiro a separação das crianças de suas mães e pais. Segundo Soraia Dornelles (2017, p.97), “a prática justificava-se pela capacidade dos tutores de educar, cristianizar e civilizar os pupilos, sendo muito coerente que, em retribuição, aqueles ‘órfãos’ disponibilizassem seu trabalho”. Aqui evidencia-se o caráter eufemístico da tutela feita pelos aldeamentos e pelos corpos do Estado, que mais assemelhava-se à escravidão. O ponto que gostaríamos de tocar é o seguinte: a maternidade é um dos principais aspectos discutidos em *O Sexo Feminino*, sendo a família a base da ordem social e [que] tem por pedra angular a mãe de família⁹⁵, mas este assunto não é tocado diante das experiências indígenas de aldeamento ou separação entre mães e filhos. Isso pode ser resultado do desconhecimento dessas práticas por parte das mulheres de *O Sexo Feminino*, afinal eram feitas em espaços bem delimitados e, muitas vezes, dentro dos chamados sertões⁹⁶ brasileiros, longe do espaço urbano vivenciado por Senhorinha, suas filhas e demais colaboradoras. A possibilidade de que o tema lhes era irrelevante, por alguma razão, também existe. De qualquer forma, a ausência discursiva sobre essa temática demonstra, em parte, qual o foco do jornal e para quais mulheres ele era produzido.

⁹⁴ O termo é empregado para denominar os homens que se dedicavam aos ataques voltados contra as populações indígenas, chamados à época de *bugres* pelas comunidades brancas. Muitos dos conflitos eram motivados por questões de terras, em que os ditos bugreiros empreendiam suas invasões a fim de tomar posse de localidades indígenas. Em certos casos, havia a concessão oficial para a posse de terras pelos brancos, o que contrariava arbitrariamente a presença indígena nas regiões cedidas. (CAMPOS, 2012, p.90-92)

⁹⁵ *O Sexo Feminino*. 2 de abril de 1876, n. 22. “Educação das Meninas”.

⁹⁶ Nomenclatura utilizada para se referir às regiões de mata ou campo que ainda não tinham sido “exploradas” pelos brancos. Nos sertões é que se encontravam os assentamentos indígenas, por exemplo, tão desconhecidos pelos colonos quanto a própria mata. (CAMPOS, 2012, p.41)

Um ponto de intersecção que encontramos neste momento se refere à situação das mulheres negras do período, escravizadas ou livres. Cerca⁹⁷ de 3,5 milhões de africanos foram escravizados e trazidos à força para o Brasil ao longo de sua história, sendo o século XIX responsável pelo maior número de cativos transportados, com quase 2 milhões. Segundo Maria Odila Dias (2012, p.361), o número de mulheres escravizadas foi 30% menor do que o de homens, mas isso se deu por alguns motivos. O primeiro deles seria a preferência, em determinadas regiões do Brasil, pela mão de obra masculina “em razão de sua maior capacidade de executar trabalhos pesados”, algo que, como veremos adiante, não queria dizer muita coisa (DIAS, M., 2012, p.362-364). Mas, para além das escolhas dos senhores, o número desembarcado de mulheres dos navios negreiros já era inferior devido aos maus tratos, às condições subumanas com que eram conduzidas e aos estupros praticados contra as africanas cativas. Somando a estas adversidades ainda entraria em questão o desenraizamento de tais mulheres, pertencentes a determinadas etnias em suas terras originárias e sendo forçadas a trabalhar, conviver e se relacionar com grupos étnicos que lhes eram estranhos⁹⁸. (DIAS, M., 2012, p.362)

Neste processo, as mulheres negras - a princípio, africanas, e com o passar do tempo, também as nascidas no Brasil - não foram definidas neste processo como motor de uma miscigenação. Esse fato, entretanto, não diminuiu a objetificação sofrida por elas - situação, esta, motivada por dois elementos centrais.

Resgatamos aqui a definição de Aladrén (2014, p.4) de que “o escravismo [...] era, ao mesmo tempo, uma instituição, uma relação de produção e uma forma de exploração”. Como mencionamos acima, o trabalho escravo indígena também foi empregado pelos grupos senhoriais, mas seria o escravismo africano que teria maior força durante todo o

⁹⁷ Os números utilizados neste trabalho baseiam-se nas estimativas Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico, projeto também chamado Viagens em Escravo/Slave Voyages em seu website. Segundo a descrição oficial do site, “O website Viagens é o produto de dois anos de trabalho de uma equipe multidisciplinar de historiadores, bibliotecários, especialistas em currículo, cartógrafos, programadores de computador e web designers, em consulta com estudiosos do tráfico de escravos de universidades da Europa, África, América do Sul e América do Norte.”. Dentre os nomes da historiografia mais conhecidos que já contribuíram para a construção da base de dados estão Manolo Florentino, Roquinaldo Ferreira e Mariana Pinho Candido. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/voyage/database#tables>.

⁹⁸ De acordo com Isabel Cristina Ferreira dos Reis (2018, p. 238), havia da parte dos escravizados “uma tendência à endogamia, pois as uniões matrimoniais foram realizadas sobretudo entre nubentes da mesma origem étnica, cor e estatuto jurídico”. Não obstante, a autora faz a ressalva de que as relações matrimoniais nas cidades foram particularmente diferenciadas, envolvendo pessoas negras de diferentes estatutos jurídicos. (REIS, 2018, p. 240) Seja como for, a busca por laços baseados nos grupos étnicos podem indicar uma resistência passiva ao afastamento de suas raízes promovido pela dinâmica escravista.

século XIX. Em vez de escamoteado, como se buscava fazer em relação às populações originárias das Américas, a escravidão negra se deu em evidente intenção de abusar de sua mão de obra e de seus corpos, não passando - pelo menos, da mesma forma - pelas intenções civilizatórias e de integração nacional supostamente atribuídas aos indígenas. Sendo assim, em primeiro lugar as mulheres negras escravizadas foram encaradas como forças de trabalho de livre acesso para a exploração econômica dos senhores. Segundo Maria Odila Dias (2012, p.364), “nos engenhos e nas fazendas, o trabalho das escravas [...] chegava a constituir metade dos grupos de trabalhadores do eito (nome dado ao trabalho na lavoura, na roça, no cafezal)”. Para muitas mães deste grupo, era comum cuidar dos filhos enquanto produziam para a lavoura, mantendo as crianças amarradas às costas, ou entregá-las às escravizadas mais velhas para criar enquanto eram forçadas a labutar na lavoura. (DIAS, M., 2012, p.363) (ARIZA, 2018, p.179) Dadas estas condições, não é à toa a afirmação de Lélia Gonzalez (2016, p.403) de que não havia “ninguém melhor do que a mulher [negra] para estimular seus companheiros para a fuga ou a revolta”. Já no âmbito urbano, estas mulheres eram submetidas principalmente à prostituição e à escravidão de ganho. Neste último tipo, as pessoas escravizadas eram permitidas a atuar em funções comerciais nas cidades, como quitandeiras no caso das mulheres, e vendedores de peixe no caso dos homens. (HAHNER, 2003, p.55) Outras funções ainda podiam ser desempenhadas⁹⁹ pelos escravizados, o que levava à acumulação do chamado pecúlio - soma em dinheiro usada para comprar a própria liberdade de seus senhores. Uma constante observada em ambos os cenários (rural e urbano) é a prevalência de mulheres escravizadas no serviço doméstico. (HAHNER, 2003, p.54)

Não obstante, a objetificação ultrapassou a visão das mulheres escravizadas como unidades produtivas, o que nos leva ao nosso segundo aspecto: tais quais as mulheres indígenas eram “pegas pelo laço”, observamos a coisificação das mulheres negras também pelo caráter sexual. De acordo com Lélia Gonzalez (2016, p.403), cabia às escravizadas “a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar [...] E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor

⁹⁹ De acordo com Regina Xavier (1996, p.81), os escravizados tinham por costume desde o século XVIII o cultivo de pequenas parcelas de terra (evidentemente, cedidas pelos senhores) para consumo próprio e para a venda de excedentes, o que poderia render alguma soma em dinheiro. No caso de uma propriedade de Campinas, por exemplo, os escravizados vendiam seus cultivos para os próprios senhores, fora os mercados locais. Seu trabalho, além disso, era tradicionalmente remunerado se feito em dias santos. Isso demonstra, segundo Xavier (1996, p.81), que o trabalho escravo não era ilimitado, e sim “seguia suas próprias regras”.

branco”. A exploração, portanto, também se dava a partir dos abusos sofridos nas mãos dos homens brancos. A visão de que os corpos das escravizadas eram de livre acesso aos seus senhores, em teoria, garantia uma legitimação social da violência sexual sobre elas. Segundo Maria Odila Dias (2012, p.365) “uma das alegações mais frequentes para o assassinato de capatazes por escravos era a reação contra o castigo excessivo ou mesmo o estupro de suas mulheres ou filhas”, o que demonstra a permeabilidade dessa visão também por outras figuras masculinas que não apenas a dos senhores¹⁰⁰.

As punições físicas seriam praxe para aquelas (e aqueles) que desrespeitassem a autoridade senhorial, tentassem a fuga ou simplesmente não suprissem determinadas expectativas. O seu caráter já desumano era agravado em relação às mulheres, e pior ainda no caso de mães: “tanto nos engenhos de açúcar como nas fazendas de café, as escravas grávidas não se livravam dos castigos violentos [...]”. (DIAS, M., 2012 p.363) Apesar disso, os esforços para resistir à escravidão estariam longe de esmorecer. De acordo com Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho (2006, p.117), “onde quer que o trabalho escravo tenha existido, senhores e governantes foram regularmente surpreendidos com a resistência escrava.” Ainda segundo estes autores, as formas de resistência seriam várias, e por vários motivos: “Castigo, trabalho excessivo, pouco tempo para o lazer, desagregação familiar, impossibilidade de ter a própria roça e, é óbvio, o simples desejo de liberdade eram as razões mais freqüentes”. (ALBUQUERQUE & FRAGA FILHO, 2006, p.117)

Entre as diversas formas empregadas como resistência ao sistema imposto, estava o confronto direto e assassinato senhorial, infligido aos próprios senhores, mas também aos seus subordinados, conforme o caso citado acima. Ainda que a insubordinação e os ataques contra a classe senhorial tenham acontecido independente do gênero do escravizado¹⁰¹, aqui destacamos um caso que se tornou notório: o de Fortunato. Fortunato matou a sua senhora em 1835, na localidade de Lavras, Província de Minas Gerais. Após sua condenação - que, em verdade, apresentou-se de maneira confusa¹⁰² -, tomou

¹⁰⁰ É válido mencionar que, conforme Dias (2012, p.364), não eram apenas os homens brancos e livres os que realizavam violências contra as mulheres escravizadas, existindo casos também de violência entre os negros escravizados. As relações de opressão, entretanto, seriam diferentes e dotadas de outras complexidades.

¹⁰¹ A resistência das mulheres escravizadas, segundo Dias (2012, p.370-376), podia se estender desde xingamentos diretamente proferidos contra as classes senhoriais, até o envenenamento de senhores.

¹⁰² De acordo com Claudio Scherer Jr. (2015, p.11) “Fortunato pode ter sido enganado durante mais de quarenta anos com o intuito de utilizar seus serviços como executor”, pois houve dois julgamentos sobre o seu caso. O primeiro foi responsável por acusá-lo, e o segundo, por

conhecimento de suas opções: ou era morto pelo crime cometido, ou deveria atuar como carrasco da província, assassinando seus iguais. Conforme Scherer Jr. (2015, p.10), “Conseguir um carrasco não era uma tarefa simples, ao que tudo indica pouquíssimas pessoas estavam dispostas a exercerem essa tarefa”, o que levava à prática de se valer do trabalho de escravizados condenados à morte para a realização das execuções. Trazemos este caso aqui por dois motivos: 1) o sistema escravista adaptava-se à sua realidade, utilizando dos mecanismos legais para expropriar os escravizados de suas liberdades independente de gênero, 2) o jornal *O Sexo Feminino* terá especial abordagem sobre o caso de Fortunato durante duas de suas edições, nas quais podemos compreender melhor como se posicionavam as responsáveis pelo periódico em relação à escravidão negra.

Em sua primeira manifestação, *O Sexo Feminino* noticia e parabeniza o caso do deputado provincial Baptista Pinto, que defendeu a permanência do carrasco Fortunato na província de Minas, em vista do pedido de empréstimo feito pela província do Rio de Janeiro. Segundo o periódico, deveriam ter mentido à outra província, dizendo *em nossa terra não ha generos desses para se exportar ou emprestar*¹⁰³. Isso se dá não devido ao egoísmo de *O Sexo Feminino* e suas mantenedoras em relação à propriedade do homem, mas sim porque a existência desse, enquanto carrasco, *ha muito não tinha mais razão de ser*¹⁰⁴. Ao final desta primeira edição, há uma maior indignação e a autora da matéria parece jogar o carrasco aos braços cariocas, crente de que não teria mais o que fazer para defendê-lo. Porém, é na publicação de 8 de novembro de 1873 que observamos a maior defesa do escravizado. Aqui, nossa fonte busca a redenção para ele através do perdão imperial: *O Sexo Feminino, órgão de todas as mães de famílias, implora da clemência imperial o perdão para o desgraçado - Fortunato - o algoz [...]*¹⁰⁵. O apelo será voltado especialmente para a figura feminina do governo, a imperatriz (princesa Isabel, então

considerar as suas apelações judiciais de inocência. Tal segundo julgamento definiu que a condenação deveria ser revista em uma terceira audiência, algo que nunca veio a acontecer, e que deixa margens à interpretação de que o escravizado poderia ter sido mantido como carrasco através de uma fraude jurídica. Scherer Jr. (2015, p.11) não deixa de mencionar a possível agência do escravizado no processo, que talvez tenha agido “mesmo sabendo das irregularidades de sua prisão [...] pois tinha teto, ganhava dinheiro enforcando e era famoso por isso, talvez tenha optado voluntariamente por essa vida”.

¹⁰³ *O Sexo Feminino*. 25 de outubro de 1873, n. 8. “O Carrasco Fortunato - e a Provincia de Minas”. p.3.

¹⁰⁴ *O Sexo Feminino*. 25 de outubro de 1873, n. 8. “O Carrasco Fortunato - e a Provincia de Minas”. p.3.

¹⁰⁵ *O Sexo Feminino*. 8 de novembro de 1873, n. 10. “Á SS. Autoridades Imperiaes o Imperador e a Imperatriz”. p.2.

regente do país), destacada como um das pessoas interessadas no perdão, junto com o jornal propriamente dito, as mães de família de Minas Gerais e do Imperador. Curioso perceber como a influência do coletivo feminino é um dos argumentos para tal, o que já dá indícios das intenções de ação coletiva da parte de Senhorinha, sobre as quais nos deteremos ao final deste trabalho. Evidente que pode ser apenas uma maneira retórica de se pressionar pela libertação de Fortunato. E por qual motivo dever-se-ia perdoá-lo? O jornal destaca o sofrimento desta figura, em primeiro lugar, porque *para elle nunca raiou o sol da liberdade; nasceu escravo!*¹⁰⁶ A escravidão, portanto, surge como uma primeira punição sofrida pelo homem empregado como assassino legal. A matéria descreve a maneira injusta com que Fortunato é tratado - *para ter a vida, acceitou a tarefa de matar!* -, e as situações de sua trajetória¹⁰⁷ como carrasco. Porém, é muito forte a argumentação sobre os remorsos do homem, a condenação sofrida pelos seus pares e, mais importante ainda, aquela sofrida por Deus. De uma forma ou de outra, observamos em *O Sexo Feminino* a dura condenação do que ele exercia - “não matarás” é um princípio cristão exaltado pelo jornal -, mas também pelos *motivos* que ele executava. A escravidão, em nenhum momento parece estar dentre os elementos positivos de seu tempo para Senhorinha e suas colaboradoras, que estabelecem uma ligação importante entre a escravidão e o mal-estar civilizatório que mencionamos anteriormente:

Não ha maior erro, mais triste engenuidade que dizer-se que o século XIX é o século das luzes, existindo a escravatura e a pena de morte, os dous maiores crimes do mundo barbaço, ainda conservados no mundo civilisado [...]¹⁰⁸

Dois anos mais tarde, na seção “Aforismos”, encontramos: “*E' requinte de egoísmo justificar a escravidão como necessária ao desenvolvimento material de um povo*”¹⁰⁹. Entendendo um aforismo por uma máxima que, em poucas palavras, detalha uma regra, valor ou princípio, podemos compreender a condenação moral da escravidão por parte de nossas fontes. Em certa medida, *O Sexo Feminino* também se insere aqui nas discussões

¹⁰⁶ *O Sexo Feminino*. 8 de novembro de 1873, n. 10. “Á SS. Autoridades Imperiaes o Imperador e a Imperatriz”. p.2

¹⁰⁷ Para a infelicidade da reclamação feita pelo periódico, Fortunato ainda exerceria o cargo por muitos anos. Em 1877 o rechaço de seus pares levou outro cativo a esfaqueá-lo, e em 1883, há notícias do falecimento de Fortunato em uma prisão. (SCHERER JR., 2015, p.11)

¹⁰⁸ *O Sexo Feminino*. 20 de setembro de 1873, n. 3. “O Sexo Feminino”. p.1.

¹⁰⁹ *O Sexo Feminino*. 12 de setembro de 1875, n. 7. “Aforismos”. p.2.

existentes ao longo de todo o século XIX sobre a mão de obra brasileira na constituição nacional do país. Um dos debates centrais a respeito do desenvolvimento brasileiro era voltado à questão do escravismo e, em outras palavras, na presença negra dentro do país. Ao mesmo tempo em que alguns culpavam os negros por uma “degradação” do trabalho ao não realizá-lo “corretamente” ou “com vontade”, outros buscavam advogar por trabalhadores tidos como “civilizados” e “disciplinados ao trabalho”, e que garantissem uma geração de riquezas ao país. (RODRIGUES, 2000, p.33)(RODRIGUES, 2009, p.319-320) Percebemos uma concordância quanto a esta última perspectiva da parte do editorial do jornal, que questiona se não *seria melhor antes procurar educar ao povo, facilitar o trabalho, pelos meios industriais, do que mandar vir de fora estrangeiros?*¹¹⁰. Notamos, além disso, a objeção ao emprego de imigrantes, por já considerar o país com pessoas aptas ao serviço - as mulheres e, como veremos adiante, as crianças. Segundo Barbara Souto (2013, p.49), “para a redatora, o governo devia incentivar as mulheres a entrarem no mercado de trabalho, principalmente no magistério, para liberar os homens para o trabalho no campo”. Se a posição era de instruir também a população escravizada no caminho dos ofícios livres, a fonte não nos informa com precisão.

Mesmo dentro do movimento abolicionista havia tendências que encaravam o fim da escravidão sob o ponto de vista econômico, conforme levantado por Angela de Castro Gomes (2005, p.45): “A luta pelo fim da escravidão não era motivada pela preocupação com o negro, e sim pela preocupação com um Brasil mais branco e um branco mais trabalhador”. Por outro lado, o movimento abolicionista crescia também em decorrência da condenação da escravidão enquanto sistema de subjugação humana propriamente dito. Neste aspecto, os fatores populares¹¹¹ foram muito importantes, bem como as próprias sublevações de escravizados¹¹². A imprensa também reverberou as necessidades das

¹¹⁰ *O Sexo Feminino*. 12 de dezembro de 1875, n. 17. “O Sexo Feminino” p.1.

¹¹¹ A pressão popular influenciou determinadas ações policiais como, por exemplo, em um caso de 1875, em que “por meio de denúncias feitas por moradores [...] a polícia retirou da companhia do português [...] uma ‘pardinha’ chamada Cândida, que vinha sendo submetida a castigos físicos”. (FRAGA FILHO, 2006, p.102)

¹¹² A mais significativa revolta escrava em solo brasileiro aconteceu em 1835, na Bahia, e ficou conhecida como a Revolta dos Malês. Durante toda a época imperial existiu um grande receio de que os escravizados brasileiros se insurgissem como os de São Domingos, isto é, aqueles que realizaram a Revolução Haitiana em 1804. Assim sendo, o elemento escravizado também apresentou fortes pressões contra o sistema em si. Para melhor compreender estes elementos, sugerimos a consulta à obra *Rebelião escrava no Brasil - a história do Levante dos Malês em 1835*, de João José Reis (2003); e ao artigo *Rebeliões escravas antes da extinção do tráfico*, de Keila Grinberg e Ricardo Salles (2009), presente no livro *O Brasil Imperial, Volume I: 1808 - 1831*, organizado pelos mesmos autores.

populações negras, que se expressaram na luta por seus direitos ao longo de todo o século naquela que ficou conhecida como “imprensa negra”¹¹³. A imprensa abolicionista teria participação importante no processo de libertação negra, mas com maior ênfase a partir dos anos 1880. (PINTO, 2006, p.28) Em nossas fontes, apesar do espírito “progressista” e a noção de avanço civilizatório, a escravidão não era considerada como um dos meios cabíveis para alcançar os resultados desejados - seria um crime contra a humanidade, e contra Deus. Nem por isso encontramos menção às folhas abolicionistas de seu tempo, ou a qualquer contemporâneo negro que defendesse seus pares diante da realidade de sua população¹¹⁴.

Apesar da visível condenação da escravidão enquanto tal, é preciso destacar ainda dois elementos. O primeiro deles se refere às já citadas mulheres negras escravizadas, que não aparecem em nenhuma das edições do jornal como centro da questão. O segundo elemento diz respeito ao uso do termo escravidão como sinônimo à condição feminina em sua relação com os homens. Discorreremos brevemente sobre ambos os pontos.

Mesmo abordando mais as mulheres negras que as indígenas, *O Sexo Feminino* apresenta uma grande lacuna referente a elas. Se compararmos isso ao cotidiano de Francisca Senhorinha e suas colaboradoras mais próximas, percebemos o quanto se realça tal ausência: havia cerca de 3.000 escravizadas negras em Campanha, e por volta de 4.500 mulheres negras livres, alcançando quase 30% do total da população da cidade originária do periódico. (RECENSEAMENTO..., 1872, p.115-120) Um dos únicos momentos que identificamos a presença negra feminina é em uma reportagem sobre o acesso de mulheres ao ensino superior que, em um caso estadunidense, permitiu *as curas feitas por uma moça de côr, que era chamada a todas as cidades da união em casos de gravidade nas molestias de senhoras*¹¹⁵. Dado este trecho percebemos que se trata de uma mulher negra livre,

¹¹³ Segundo Ana Flávia Magalhães Pinto (2006, p. 28) “A par das questões que definem a chamada imprensa negra brasileira, no que concerne a seu conteúdo e sua linha de atuação, pode-se, então, dizer que essa corresponde aos jornais que se inserem na luta contra a discriminação racial no Brasil.”

¹¹⁴ Um exemplo é o periódico *O Homem - realidade constitucional ou dissolução social* surgiria em Recife no ano de 1876 como símbolo da imprensa negra, e criticaria a exclusão dos homens negros no mercado de trabalho livre. (PINTO, 2006, p.86-87) Nos breves meses que conectam a existências dos dois periódicos, entretanto, em nossas fontes não há nenhuma menção a tal jornal, mesmo que propagasse a ideia de acesso ao trabalho para os desfavorecidos pelo regime social da época.

¹¹⁵ *O Sexo Feminino*. 15 novembro de 1873, n. 11. “Doutoras em medicina”. p.4.Grifo nosso. O termo “de côr” costumava, neste período, se referir às pessoas negras. Como demonstrado por Ana Flávia Magalhães Pinto (2006, p.51-55), a identidade “de côr” era aceita até mesmo por alguns indivíduos negros, como o caso do jornal *O Mulato ou O Homem de Côr*, de autoria e

formada em medicina, e um caso extremamente isolado até mesmo para as condições de acesso ao ensino superior feminino ao redor do mundo.

No entanto, destacamos a presença de uma crítica à venda de mulheres, somada a uma indignação voltada para a escravidão enquanto conceito mais geral. Após criticar os *povos da Asia* devido a sua falta de civilidade, um texto escrito por Senhorinha narra a comercialização de uma criança grega para um turco:

[...] os braços, as orelhas, examinou-lhe a boca e o pescoço com minucioso cuidado, como quem examina um cavallo, e, durante esta inspecção; o mercador gabava-lhe a belleza dos olhos, a elegância da estatura e outras que taes perfeições; jurava que a pobre moça não tinha mais de 13 annos, que era donzella, que de noite não sonhava, nem rressonava. Em breve, depois de severo exame e de alguma contestarão á cerca do preço a grega foi vendida em corpo e alma por 1375 francos [...]¹¹⁶

Apesar da tenra idade da citada, a autora se refere à situação feminina como um todo ao afirmar *Eis o que era a mulher ainda ha bem pouco tempo na Europa em 1829!*¹¹⁷. Em sequência, a condenação moral presente no periódico brada: *Attentado execrando! Crime de lesa-humanidade! Quem poderá de futuro accredital-o?!*¹¹⁸ A escravidão, e a escravidão feminina em si, portanto, foram ambas condenadas pelo periódico. Mesmo assim, torna-se interessante o fato de que o exemplo usado para tal seja voltado ao Oriente, às mulheres brancas da Grécia, e não às mulheres negras e pardas presentes em solo nacional. Este tipo de silenciamento se choca, também, com as concepções de emancipação feminina trazidas pelo periódico - ao falar de maternidade, de casamento e de educação como papéis fundamentais para a mulher emancipada, não mencionar a realidade das mulheres negras mostra as limitações de seu discurso político.

Ainda que não trate especificamente do assunto sob a ótica do amor materno, uma das mais importantes leis instauradas no Império sobre a relação entre escravizadas e seus filhos foi abordada em *O Sexo Feminino*: falamos da Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871. Segundo Marília B. A. Ariza (2018, p.177), a lei “tornava formalmente livres os ‘ingênuos’, filhos e filhas das mulheres escravas nascidos a partir daquela data.”

propriedade de Francisco de Paula Brito. As teorias de superioridade racial utilizariam os termos “sem cor” para os brancos e “de cor” para os negros, o que demonstra também a variabilidade de uso das palavras voltadas a este tema. (PINTO, 2006, p.XV)

¹¹⁶ *O Sexo Feminino*. 18 de outubro de 1873, n. 7. “[Educa]ção intellectual”. p.1.

¹¹⁷ *O Sexo Feminino*. 18 de outubro de 1873, n. 7. “[Educa]ção intellectual”. p.2.

¹¹⁸ *O Sexo Feminino*. 18 de outubro de 1873, n. 7. “[Educa]ção intellectual”. p.2.

Para além disso, “a lei do Ventre Livre havia postulado o direito ao pecúlio, mas ele deveria ser formado segundo certas regras”. (XAVIER, 1996, p.74) Em outras palavras, houve a regularização das formas de obtenção de liberdade através de alforrias, bem como a definição de como seria a libertação dos nascidos de ventre escravo¹¹⁹.

Em *O Sexo Feminino*, esta medida do governo imperial foi apresentada como uma vitória: tanto para os escravizados, quanto para as mulheres. Para os primeiros, por serem agraciados (e o uso dessa expressão não é à toa) com *a mais philosophica e humanitaria das nossas leis*¹²⁰; e para elas, por estarem representadas naquela que assinou a lei, a Princesa Isabel¹²¹. Nas menções à lei em questão, observamos a sua exaltação como *lei sabia e humanitária*¹²², porém o foco dos elogios e aclamações não é a população que se beneficia do ato legal. É na figura da mulher, da autoridade feminina e de sua capacidade de provocar a mudança social sem derramamento de sangue - *sem aparatos bellicos e sem rios de sangue, dar ao mundo masculino uma lição*¹²³ - que residiria a positividade do ato. A princesa Isabel é tratada como heroína do povo brasileiro e um exemplo vivo das capacidades femininas de mando, *fazendo-lhe honra no meio das nações civilizadas*¹²⁴. A visão de “redentora da nação” é comumente atribuída a Isabel no período da Abolição de 1888, o que atualmente compreendemos não ser plausível diante das fontes e da historiografia - vide os movimentos abolicionistas e as lutas populares citadas acima, que caracterizaram as pressões coletivas ao redor da temática. (SCHWARCZ, 2009, p.90) Em nossas fontes, encontramos uma prévia desse tipo de posicionamento, já utilizando de uma retórica que classifica a lei de 1871 como “mérito de dono único” ou “dádiva”, conforme argumenta Lilia Schwarcz (2009, p.88) sobre a abolição. A celebração de uma lei que, em teoria, estabelecia uma maior liberdade dentro das relações sociais de mães escravizadas,

¹¹⁹ Segundo Regina Xavier (1996, p.84), os filhos de escravizadas “deveriam passar por um espaço de tempo em suspensão, não podendo, de imediato, gozar plenamente suas liberdades”, tendo de trabalhar sob tutela dos senhores até os 21 anos de idade, em uma evidente exploração de seu trabalho e de sua suposta liberdade.

¹²⁰ *O Sexo Feminino*. 11 de abril de 1874, n. 28. “A heroica provincia de Minas Geraes sempre na vanguarda do progresso”. p.1.

¹²¹ Desde 17 de maio de 1871 Isabel atuava como regente no lugar de seu pai, Dom Pedro II, ausente do país segundo os registros oficiais. A assinatura da Lei do Ventre Livre foi apenas uma das medidas de seu período de governança. Estas e outras informações podem ser analisadas nos documentos *Coleção de Leis do Imperio do Brazil de 1871 Tomo XXXI Parte I* e *Coleção de Leis do Imperio do Brazil de 1871 Tomo XXXIV Parte II*, disponíveis em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao7.html>.

¹²² *O Sexo Feminino*. 5 de setembro de 1875, n. 6. “Assumpto análogo”. p.2.

¹²³ *O Sexo Feminino*. 5 de setembro de 1875, n. 6. “Assumpto análogo”. p.2.

¹²⁴ *O Sexo Feminino*. 11 de abril de 1874, n. 28. “A heroica provincia de Minas Geraes sempre na vanguarda do progresso”. p.1.

acabou por se tornar a comemoração da atitude individual de uma mulher branca e da realeza nacional. Isso se torna mais evidente quando o periódico menciona as mães escravizadas: *as mães dos míseros captivos, outrora desventuradas, erguem hoje no Brasil um [ilegível] nao de ouro ou de bronze, mas de gratidão e de reconhecimento, beijada diariamente com profundo respeito, à bendita Princesa*¹²⁵. As mulheres escravizadas, portanto, deveriam estar gratas pela atitude de Isabel, que além de colocar o país em direção à civilização, estaria concedendo-lhes uma benfeitoria. Aqui há uma espécie de distorção do argumento em defesa da maternidade para fins de se advogar por outra causa, que seria a do poder político feminino - aliás, um feminino devidamente delimitado. Um outro ponto digno de nota é a separação evidenciada entre os âmbitos femininos: às mães dos cativos, por estarem em condição de escravidão, cabe a passividade; e à princesa real (exortada como representante do feminino, aqui compreendido como um feminino branco) cabe a agência. Isso fala bastante sobre a natureza de nossas fontes, e como elas visualizam determinado segmento da sociedade.

Ao mesmo tempo, o periódico faz um peculiar uso da linguagem vinculando a escravidão às mulheres em um sentido mais amplo. Isso fica exemplificado da melhor forma em suas reivindicações: *Queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas*¹²⁶. Ao se referir aos homens retrógrados que pensavam ter as mulheres como *trastes de casa*, outra denominação se torna importante, sendo as mulheres consideradas por eles também *escravas do lar*¹²⁷. A relação entre escravidão e papel feminino na sociedade é conectada pelo problema da falta de instrução, sendo este a causa da escravidão, e a educação e instrução as responsáveis por sua emancipação: *quando a mulher fôr educada e se achar livre dos prejuizos em que a ignorância a imbuio: quando heroína na família tornar-se rainha e nao escrava, a sociedade caminhará rapidamente na senda do dever*¹²⁸. Relacionando estes dois aspectos, podemos extrair de nossas fontes a grande influência do modelo de escravidão doméstica na visão de Senhorinha e de suas colaboradoras - a mulher seria escrava do homem por ser colocada como coisa da casa, *como outro [bem] qualquer podia ser convertido em dinheiro*¹²⁹ e, principalmente, por ser privada de educação e instrução, além de ter as manifestações ignoradas e o papel externo

¹²⁵ *O Sexo Feminino*. 5 de setembro de 1875, n. 6. “Assumpto análogo”. p.2.

¹²⁶ *O Sexo Feminino*. 25 de outubro de 1873, n. 8. “O que queremos?” p.2.

¹²⁷ *O Sexo Feminino*. 9 de maio de 1874, n. 32. “Conceito”. p.2.

¹²⁸ *O Sexo Feminino*. 29 de julho de 1875, n. 2. “Emancipação racional da mulher”. p.1.

¹²⁹ *O Sexo Feminino*. 18 de outubro de 1873, n. 7. “[Educa]ção intellectual”. p.1.

à casa tolhido. As escravizadas domésticas negras, portanto, são ligadas à esta descrição, objetificadas e negociadas, e em teoria - e como sabemos ser uma inverdade - despidas do direito à resposta.

Falando sobre as mulheres brancas e/ou livres, a tendência é interligarmos as críticas de *O Sexo Feminino* ao que o trabalho de Gilberto Freyre (2003 apud DIAS, C., 2012, p.106) descreveu ao limitar o feminino ao âmbito doméstico. Porém, de acordo com June Hahner (2003, p.40), “esse estereótipo da mulher reclusa e guardada não era válido para todas: o real comportamento variava de acordo com a classe”. Como já citamos no primeiro capítulo, e retomaremos a seguir, Senhorinha não se encontrava nos grupos mais restritos da elite, o que torna tal manifestação uma visão idealizada das relações entre os gêneros até mesmo para ela, que se autodefinia como parte dos grupo dos pobres¹³⁰. Então por que se deu o uso da alegoria da escravidão para tratar da opressão feminina?

Aqui, encontramos um paralelo histórico à retórica feminista estadunidense, mais especificamente das feministas brancas do Norte. (DAVIS, 2016, p. 47) O movimento feminista dos Estados Unidos estaria umbilicalmente ligado ao abolicionismo, aproximando-se a partir dos anos 1830 e estabelecendo fortes vínculos com esta luta. Segundo Angela Y. Davis (2016, p. 52), “as abolicionistas acumularam experiências políticas de valor incalculável, sem as quais não teriam conseguido organizar de modo efetivo a campanha por seus direitos mais de uma década depois”. Isso não impediu o uso da escravidão como analogia para a situação das mulheres brancas dentro de seus casamentos, em suas relações com os homens. Ainda conforme Davis (2016, p.46-47, grifo nosso),

As primeiras feministas podem ter descrito o matrimônio como uma “escravidão” semelhante à sofrida pela população negra *principalmente devido ao poder impactante dessa comparação - temendo que, de outra maneira, a seriedade de seu protesto se perdesse.*

Podemos assumir que, em *O Sexo Feminino* demonstra-se um posicionamento similar, ainda que não se valha de exemplos da escravidão negra para tal. Apesar do grande número de interlocuções com outros periódicos, e até mesmo com políticos de seu tempo, Francisca Senhorinha demonstrou a urgência de se fazer ouvir em meio à “cacofonia” produzida pela imprensa oitocentista. Os alardes sobre a situação feminina

¹³⁰ *O Sexo Feminino*. 16 de janeiro de 1876, n. 19. “O Sexo Feminino”. p.2.

como uma escravidão sob o homem tinha intenções mobilizadoras, de gerar o furor na comunidade de seu sexo - ainda que seu público fosse limitado. Para Angela Davis (2016, p.47), “entretanto, elas aparentemente ignoravam que a identificação entre as duas instituições dava a entender que, na verdade, a escravidão não era muito pior que o casamento”.

A partir de 1875, o uso do termo é atenuado: não apenas em frequência, como também em significado. As moças deveriam ser educadas e instruídas *de modo a poderem destruir a semi-escravidão em que vivem*¹³¹, e não necessariamente para romper com a escravidão propriamente dita. O termo se torna um análogo, algo relacionado, mas não necessariamente a escravidão em si. As razões de tal mudança não são explicadas, entretanto, é notável que a alteração surge acompanhado de um novo contexto editorial - *O Sexo Feminino*, entre 1875 e 1876, foi publicado na Corte e em outra tipografia, chamada Lombaerts & Filho¹³². (HAHNER, 2003, p.97) Ambos os fatores podem ter contribuído para uma releitura do termo, ainda que o jornal não tenha mudado de sentido ou reivindicações.

Em Campanha, na Corte, ou em quaisquer outros centros em desenvolvimento urbano podia ser sentido o trânsito das mulheres livres, porém pobres, e/ou pertencentes à classe trabalhadora livre. Dentro deste estrato social observou-se uma maior diversidade racial/étnica, congregando mulheres negras e pardas, livres ou libertas, mulheres brancas e quiçá, até mesmo mulheres indígenas. Francisca Senhorinha da Motta Diniz, como traçamos anteriormente, fazia parte de uma parcela intermediária da sociedade - ainda que se colocasse como pobre - e que via na carreira docente uma ascensão social e econômica. Voltaremos a discutir as particularidades de nossa autora no próximo subcapítulo, mas tratamos de ressaltar a sua maior proximidade com este grupo no sentido econômico.

Conforme June Hahner (2003, p.40-41), “mulheres livres e pobres, [...] atravessavam sem restrições praças e ruas públicas, agregavam-se nas fontes, nos tanques de lavar roupa, ou na beira dos rios, para exercer seu trabalho como lavadeiras”. Não era apenas o trabalho de lavadeira o oferecido pela força de trabalho feminina: cozinhavam,

¹³¹ *O Sexo Feminino*. 8 de agosto de 1875, n. 3. “O casamento”. p.3.

¹³² Que passou a ser conhecida por Lombaerts e Cia., foi livraria, tipografia e litografia inaugurada pelo belga Jean Baptiste Lombaerts no nº 7 da Rua dos Ourives, na Corte. Em 1875 Jean Baptiste faleceu, deixando a administração da tipografia para o filho Henri Gustave Lombaerts. A tipografia teve experiência na publicação de jornais voltados ao público feminino de classe média, e também na publicação de jornais internacionais, o que talvez tenha levado as partes ao interesse mútuo de fazer negócio. Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-estacao-jornal-illustrado-para-a-familia/>.

costuravam, limpavam, vendiam produtos, trabalhavam em fábricas de tecido, couro e tinturaria, serviam como amas-de-leite e, apesar do número ínfimo, em algumas localidades atuavam também como jornaleiras. (RECENSEAMENTO..., 1872, p.7) Os números, apesar de muito expressivos em relação ao serviço doméstico, ou ao próprio desemprego, demonstram também a gama de atuações de mulheres, e suas variadas experiências ao redor do país - ainda que este tenha um forte peso escravista, as mulheres livres “também tinham de se virar”.

Isso não necessariamente quer dizer que as condições eram iguais para todas, já que “ser liberta não eximia as mulheres do ônus de viver em uma sociedade escravista. As forras enfrentavam inúmeros preconceitos, eram acusadas de ‘levar vida airada’, de não ter moral”. Por muitas vezes estas acabavam presas por suspeitas de fuga, quando não eram reescravizadas pelas autoridades. (DIAS, M., 2012, p.377-378)

Esta imoralidade atribuída às mulheres libertas e livres influenciou os seus afazeres profissionais, assim como a “confusão” rotineira com seu estatuto de liberdade as condicionou a ofícios tidos como típicos da escravidão: um dos casos é o papel de ama-de-leite¹³³, por exemplo. De acordo com Barbara Canedo Ruiz Martins (2016, p.166), “as escravas envolvidas no ofício estavam em maior número, já as mulheres livres e libertas atendiam a determinados nichos do mercado em formação”, o que demonstra a grande participação escrava também nessa função. Ainda segundo Martins (2016, p.173), isso se dava em decorrência da preferência por mulheres que não apresentavam outras funções para além das de ama. Com o passar do tempo, porém, os fluxos imigratórios e as mudanças demográficas inseririam mulheres brancas neste mesmo processo, onde a disputa pelas vagas de emprego tornavam-se maiores. (MARTINS, 2016, p.173-174) Nada disso impediu o discurso médico higienista do período que, à época, “salient[ou] a importância do aleitamento materno e enfatiz[ou] sobre a necessidade do vínculo entre mãe e filho, a fim de criar uma família (cidadãos) sob os padrões higiênicos”. (MARTINS, 2016, p.172) Conforme vimos no primeiro capítulo, um dos pilares da educação “tríplice” pregada por Francisca Senhorinha é a chamada educação física, extremamente pautada pela lógica higienista e voltada para a produção de trabalhadores e cidadãos saudáveis. Em concomitância a esta proposta, o hebdomadário argumenta que *o amor que uma mãe*

¹³³ As amas-de-leite, nas palavras de Lélia Gonzalez (2016, p.403), tinham como função “amamentar as crianças nascidas do ventre ‘livre’ das sinhazinhas”, além de educá-las e cuidá-las em sua primeira infância.

*consagra a seus filhos é incomparavel com outro qualquer affecto d'alma*¹³⁴, em uma explícita concordância com a ideia de que a relação maternal é essencial para a formação dos indivíduos. Dito isso, esta ausência de menção às amas-de-leite em *O Sexo Feminino* pode significar uma intencionalidade de suas autoras, como uma oposição à categoria. Segundo Barbara C. R. Martins (2016, p.171), “o trabalho realizado pelas amas de leite esteve muitas vezes associado a ‘uma civilização mal entendida’, provavelmente ligada à corrupção e à degenerescência”, elementos centrais da crítica de *O Sexo Feminino* quanto aos costumes de sua época.

À vista disso, compreendemos que os discursos transpostos nas páginas de nossas fontes apresentaram um contraste visível em relação aos diversos grupos femininos do período em que circulou. Esse tipo de característica não é de se estranhar dentro do contexto da imprensa oitocentista, marcado pelas folhas políticas específicas de determinados segmentos da sociedade. De qualquer forma, o modelo de emancipação empregado pelo periódico apresenta evidências de que suas pautas não necessariamente dialogavam com as diferentes demandas do século XIX, e em especial, dos anos 1870. Essas limitações discursivas e os diferentes caminhos políticos rumo à emancipação demonstram o local a partir do qual Francisca Senhorinha estava produzindo, e para qual público. Mesmo após termos nos referido à autora do jornal de maneira breve, buscaremos no seguinte subcapítulo aprofundar o perfil de nossas fontes, e estudar as conexões estabelecidas nelas entre mulheres e homens. Desse modo, tentaremos analisar como o grupo ao redor do jornal apareceu ao longo das edições, e relacionar tais elementos aos modelos emancipatórios de Senhorinha.

3.2 *A penna seja nossa arma*¹³⁵: Intelectualidade, política e *O Sexo Feminino*

O periódico *O Sexo Feminino* em seu primeiro ano de duração teve como sede a tipografia d’*O Monarchista*, nome que levava também o jornal de José Diniz. Em 1875 alocou-se na Corte, capital do Império onde acompanhou um crescimento vertiginoso nas vendas de suas edições. Segundo Constância Lima Duarte (2016, p.190), “de 800

¹³⁴ *O Sexo Feminino*. 20 de dezembro de 1873, n.15. “Amor maternal”. p.1.

¹³⁵ Ao clamar pela participação feminina no mundo das letras (neste caso, na imprensa), Francisca Senhorinha utiliza os seguintes termos: *Avante, pois, minhas patrícias! A penna seja nossa arma*. Julgamos pertinente utilizar uma alusão a tal trecho, afinal falamos neste subcapítulo sobre as conexões de escrita e repertório de *O Sexo Feminino*. Fonte: *O Sexo Feminino*. 6 de dezembro de 1873, n.14. “O Sexo Feminino”. p.1.

exemplares que eram impressos em Campanha, passou a 4.000 nos primeiros dez números no Rio de Janeiro”. O aumento expressivo pode ter se dado por vários motivos: em parte, deve ter sido influenciado pela ampliação do público, já que a cidade continha mais de 250 mil habitantes, e sua porcentagem de mulheres alfabetizadas era maior do que no resto do país. (HAHNER. 2003, p.73-76) Mesmo com este crescimento, entretanto, a folha apresentou problemas de manutenção. Francisca Senhorinha da Motta Diniz apresentou sua decepção com o engajamento feminino diante de suas publicações: *doe-nos o coração lutarmos a braços com tantos sacrifícios, sem que sejamos auxiliadas, nem ao menos com assignaturas, afim de sustentarmos a parte material da mesma folha*¹³⁶. Segundo Barbara Souto (2013, p.68) “*O Sexo Feminino* era mantido exclusivamente pelas assinaturas e pelo labor da redatora, que era professora pública”, o que justifica a frustração de Francisca ao perceber a devolução de edições por parte de algumas mulheres, *muitas vezes praticada por senhoras que passam por litteratas*¹³⁷. Isso não desanimou Senhorinha, que continuou com seu trabalho até 1876, quando acabou sendo forçada a parar por motivos de doença: *a redactora desta folha, achando-se doente e toda sua família, e ainda mais, aterrada pela epidemia actual, a febre amarella, retira-se por algum tempo para fora da corte*¹³⁸.

Dentro deste cenário, que mistura um crescimento no número de edições vendidas e, ao mesmo tempo, a rejeição por parte do público feminino existente na capital do Império, podemos falar em uma rede de apoio existente ao redor de *O Sexo Feminino*? Ao longo deste trabalho pontuamos sempre a importância das filhas de Senhorinha, e de colaboradoras outras para a execução de tal folha. Apesar disso, Francisca expressou enormes preocupações sobre a ausência de apoio financeiro. Conforme Angela Alonso (2002, p.102), “embora toda sociedade conte sempre com certa soma de descontentes, a arena política não se abre igualmente para todos”. Dentro desta arena política, portanto, como se encaixavam Francisca e seu jornal? Para isso, temos que voltar ao contexto de escolarização, de profissionalização do período e claro, nos voltar para a estrutura do jornal em si.

Em primeiro lugar, retomamos o contexto para uma análise conjuntural da educação formal, elemento raro no Brasil oitocentista. Para os poucos que possuíam rendas o suficiente, a educação era feita em casa, à medida que a camada intermediária frequentava escolas particulares de preço acessível, e os mais pobres, as escolas públicas.

¹³⁶ *O Sexo Feminino*. 21 de novembro de 1875, n. 16. “A imprensa jornalística no Brasil”. p.1.

¹³⁷ *O Sexo Feminino*. 21 de novembro de 1875, n. 16. “A imprensa jornalística no Brasil”. p.1.

¹³⁸ *O Sexo Feminino*. 2 de abril de 1876, num. 22. “Aviso às nossas Exmas. assignantes”. p.1.

(HAHNER, 2003, p.79) Aos negros escravizados, “a escravidão significava uma negação do acesso a qualquer forma de escolarização”, e aos indígenas, a educação “estava ligada às práticas de seus próprios grupos de origem [...] sua presença era [...] vedada nas escolas públicas”. (LOURO, 2007, p.445) A partir dos dados de 1872, apenas 29,3% das mulheres residentes na Corte eram alfabetizadas, enquanto só 11% das mulheres de todo o Império sabiam ler. Em Campanha, o número de leitoras não alcançava 2.000 pessoas. (HAHNER, 2003, p.75-77) (DUARTE, 2016, p.188) Dadas as condições sociais que arrolamos acima, podemos deduzir o porquê de tais informações, e também as razões do próprio surgimento de *O Sexo Feminino*. Esta carência educacional para as mulheres, de nível estrutural, é a pauta condutora da folha, ao mesmo tempo que é um dos fatores que influenciaram seu o baixo alcance. De acordo com Alexandra Santos Pinheiro (2010, p.86) “a maioria das mulheres desse tempo precisavam da autorização de seus maridos para ler”, o que pode indicar que o controle patriarcal sobre as produções consumidas pelas mulheres também tenha tido impactos no hebdomadário, fora, evidentemente, a falta de interesse genuíno do público feminino sobre o jornal de origem campanhense.

Mesmo diante de tais adversidades, o periódico não deixou de ser publicado pela professora. Segundo Hahner (2003, p.80), “a escola normal não atraía as mulheres dos estratos mais privilegiados da sociedade”, sendo um espaço ocupado principalmente por mulheres das camadas médias que desejavam uma ascensão social através do mercado de trabalho. Este contexto alimentou a visão política educacional de Senhorinha e de seu jornal, que via no magistério um meio da *mulher pobre no Brasil [deixar] de ser escrava ou criada*¹³⁹. Isso demonstra as dificuldades de Francisca de se desligar da concepção oitocentista de quais postos as mulheres podiam exercer com honradez na sociedade, e ao mesmo tempo apresenta a realidade da professora, que ao batalhar pelas condições de manutenção, fazia parte do grupo de mulheres que cresceram economicamente por meio da educação. Ainda que se dissesse pobre, Francisca dificilmente tinha as mesmas condições que muitas das mulheres libertas ou brancas empobrecidas, tendo mantido a tiragem de 4.000 edições principalmente de seu trabalho. (HAHNER, 2003, p.79-81)

Adaptando a conceituação usada por Angela Alonso em relação à geração de 1870 para a composição deste trabalho, julgamos conveniente apontar a esfera das *relações pessoais* como fundamental para a construção identitária de Francisca Senhorinha e de seu

¹³⁹ *O Sexo Feminino*. 2 de maio de 1874, n. 31. “A causa da mulher cada vez mais acoraçada, e caminhando para o triumpho”. p.3.

jornal. Citando Alonso (2002, p.102), “é essa relação de ordem precipuamente afetiva, ancorada em experiências e sentimentos compartilhados, que dá uma estrutura longeva aos agrupamentos”. Em *O Sexo Feminino*, acompanhamos traduções do francês e textos de Albertina Diniz, filha de Francisca, que também seria, em 1879, colaboradora do periódico *A Estação*¹⁴⁰. Desde cedo observamos a inserção de Albertina no caminho das letras e do ensino nas páginas de *O Sexo Feminino*, sendo que provavelmente a moça auxiliou a mãe durante a maior parte da infância e adolescência¹⁴¹. Além dela, as outras duas filhas também fizeram parte do periódico já que, segundo Souto (2013, p. 29), “além de optarem pelo magistério, Elisa Diniz foi folhetinista do periódico, escrevendo o romance *A Diva Isabela*, e Amélia Diniz foi responsável pelas traduções dos artigos em língua francesa e deu aulas de piano”.

Para além do núcleo familiar, Francisca contou com diversas contribuições literárias, entre artigos, poesias e textos no geral¹⁴². Destacamos os nomes de Ernestina Fagundes Varella, que seria autora, em 1878, de um livro de poesias chamado *Cantos Religiosos*¹⁴³; Maria Leonilda Carneiro de Mendonça, também poetisa e irmã de Honorata Minelvina, colaboradora do periódico *O Domingo*¹⁴⁴; e Narcisa Amália de Campos, à época de lançamento de *O Sexo Feminino* apenas com 21 anos de idade, mas que já fazia sucesso nacionalmente devido a sua obra *Nebulosas*, de 1872. (TELLES, 2007, p.422)

A trajetória de Narcisa Amália é interessante, em vista das contribuições que traz ao *O Sexo Feminino*, mas também pela exaltação feita por este periódico a ela, desde o início de sua participação: *D. Narcisa Amalia, poetisa distincta [...] talento*

¹⁴⁰ O periódico noticiou a morte precoce de Albertina em 1880, homenageando-a. *A Estação* era publicado pela mesma tipografia de *O Sexo Feminino*, jornal também citado na referida homenagem: “e sobrava-lhe tempo para colaborar com sua virtuosa mãe e suas boas irmãs no *Sexo Feminino e na Primavera*”. Fonte: *A Estação: Jornal Illustrado para a Família*. 15 de dezembro de 1880, n. 23. “Ante um túmulo”. p.249.

¹⁴¹ Em 1873 era considerada muito jovem para uma Escola Normal, mas já traduzia francês para o periódico da mãe. A partir de 1875, figurou junto das irmãs como ajudante de Francisca em anúncios do Collegio Maternal de N. Senhora da Penha, instituição da Corte em que Senhorinha era diretora. Além disso, escreveu, em parceria com Francisca, o romance *A judia Rachel*. Fontes: *O Sexo Feminino*. 7 de setembro de 1873, n. 1. “Escola Normal da cidade de Campanha”. p.3. *O Sexo Feminino*. 3 de outubro de 1875, n. 10. “Anúncios”. p.4.

¹⁴² Barbara Figueiredo Souto (2013, p.71) lista nominalmente em seu trabalho as colaboradoras e alguns dos colaboradores do periódico, alcançando a marca aproximada de 40 pessoas ao longo dos anos de 1873-1889.

¹⁴³ Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4930> .

¹⁴⁴ Foi um periódico carioca dirigido por Violante Atalipa Ximenes de Bivar e Vellasco entre novembro de 1873 e maio de 1875, quando Violante morre. Além da defesa do direito à educação feminina, a folha publicou textos literários e biografias de mulheres ilustres, na intenção de apresentar exemplos ao público feminino. (DUARTE, 2016, p.196)

*transcendental, está acima de qualquer elogio que a penna mais bem aparada possa tecer*¹⁴⁵. Durante a colaboração de Narcisa, o periódico intermediou publicamente um diálogo entre ela e o Dr. Miguel Ferreira Vieira, jornalista republicano, abolicionista, professor e militar que em 1879 fundaria a Igreja Evangélica do Brasil¹⁴⁶. Miguel foi defensor da educação feminina e, além disso, envolveu-se diretamente com a educação ao fundar e dirigir a chamada Escola do Povo, espaço que receberia seus discursos e seria motivo da interação com a poetisa¹⁴⁷. (RIVERA, 2005, p.85)

Narcisa Amália, apesar da ascensão no campo literário, era vista em suas declarações políticas com maus olhos pelo público masculino e pelos intelectuais da época. Suas poesias políticas e manifestações na imprensa não caberiam a uma mulher, que “deveria ficar em seu lugar”. (TELLES, 2007, p.422) Miguel, por sua vez, além de figura importante na educação na Corte, era neto de senador com larga carreira política. (RIVERA, 2005, p.81) Ao servir de campo de discussão política entre ambos, *O Sexo Feminino* encontrava-se, na verdade, em posição mediadora entre duas proeminentes pessoas da sociedade brasileira do século XIX, e como catalisadora de novas discussões ao dar voz a uma mulher que também lutava por mudanças sociais para seu gênero.

Os diálogos com a esfera política não terminariam aí. Conforme observamos no primeiro capítulo, Manoel Francisco Corrêa, outro político de destaque no cenário imperial, teve a carreira acompanhada e exortada pelo periódico, para o qual também contribuiu e assinou¹⁴⁸. Além disso, ao partir para a Corte o hebdomadário alcançou até mesmo a realeza: *S. M. Imperial o senhor D. Pedro II, acaba de demonstrar que é dedicado protector das lettras, mandando tomar uma assignatura do periódico Sexo*

¹⁴⁵ *O Sexo Feminino*. 11 de outubro de 1873, n. 6. “Aos nossos assignantes, uma grata noticia”. p.4.

¹⁴⁶ Antes da fundação da Igreja Evangélica do Brasil, Miguel Vieira Ferreira fazia parte da Igreja Presbiteriana, também ramo do protestantismo em solo brasileiro. Segundo Paulo Barrera Rivera (2005, p.79), “Logo nas primeiras décadas de trabalho missionário entre Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, as lideranças dessa igreja tiveram que encarar interpretações heterodoxas de algumas de suas principais tradições” feitas por Miguel. As divergências entre as autoridades presbiterianas e a interpretação de Miguel Ferreira Vieira levaram à cisão e, posteriormente, à criação da Igreja Evangélica em 1879.

¹⁴⁷ Sua relação com *O Sexo Feminino* também não seria das mais distantes, já que, em janeiro de 1874, Miguel *teve a bondade de enviar à redacção e à redactora desta folha 6 folhetos de suas conferencias*. Em fevereiro do mesmo ano, os fundadores da Escola do Povo reiteraram o apoio à causa de *O Sexo Feminino*, alegando que *pode[riam], pois apertar-nos as mãos*, e que seriam eles *attentos respeitadores e admiradores* do trabalho de Francisca. Fontes: *O Sexo Feminino*. 20 de janeiro de 1874, n. 19. “Conferencia da Escola do Povo da Côrte”. *O Sexo Feminino*. 28 de fevereiro de 1874, n. 23. “Carta Honrosa”.

¹⁴⁸ *O Sexo Feminino*. 28 de março de 1874, n.26. “Mais uma carta honrosa”. p.1.

*Feminino*¹⁴⁹. A Princesa Isabel, até então elogiada pelo periódico, também figuraria como assinante da folha.

As ligações intelectuais de *O Sexo Feminino* aqui também apresentam relevância diante de seu contexto. Em artigo¹⁵⁰ de Amelia Diniz, o jornal exalta as figuras literárias do país, dentre as quais destacamos os nomes de Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar. O primeiro destes chega a ter um excerto moral publicado¹⁵¹, o que não é de se estranhar, devido à sua colaboração com outros jornais femininos, como o *Jornal das Famílias*, por exemplo. (PINHEIRO, 2010, p.33-34) Alencar, apesar de não ter maiores menções ao longo das edições, é tido como um dos cânones que exemplificam a magnitude dos autores nacionais. Em comum, além do enaltecimento por parte de *O Sexo Feminino* e do sucesso que ambos os literatos apresentaram com suas obras, os dois tem um elemento de enorme significância para a produção intelectual oitocentista: são brancos.

Machado de Assis, à época estando por volta dos 30 anos, é lembrado pelas participações no supracitado *Jornal das Famílias: O numero de Janeiro deste anno [...] mostra que tal publicação cada vez se torna mais recommendavel. Contém elle: Casa não casa (fim), e a continuação da Historia de uma fita azul, por Machado de Assis;*¹⁵² [...] Ainda que tivesse lançado uma obra em 1872, e compusesse o rol de colaboradores assíduos da imprensa feminina, o máximo destaque que o autor receberia seria nos anúncios entre o final de 1875 e início de 1876. (PINHEIRO, 2010, p.31)

Maria Firmina dos Reis talvez seja a maior ausência dentre as referências e interlocuções apresentadas pelo periódico de nosso estudo, e isso se dá por alguns motivos. Em primeiro lugar, por ser professora de atuação e formação, mesmo grupo ao qual Francisca e suas principais colaboradoras faziam parte. (TELLES, 2007, p.410) Mulher de letras, lançou o romance *Úrsula* em 1859 e, ao longo da carreira, “escreveu para diferentes periódicos, fazendo da situação de grupos sociais desfavorecidos, como negros e indígenas, matéria-prima de seus textos”. (PRADO & FRANCO, 2012, p.203) Um desses periódicos é o já citado *O Domingo*, para o qual a irmã de uma colaboradora de *O Sexo Feminino* também escrevia - mostrando, assim, que a maranhense não se encontrava tão

¹⁴⁹ *O Sexo Feminino*. 14 de agosto de 1875, n. 4. “Assignatura honrosa”. p.4.

¹⁵⁰ *O Sexo Feminino*. 22 de novembro de 1873, n. 12. “O Sexo Feminino - a escola nocturna d’Ouro Preto - e o Dr. Fonseca, lente da escola normal desta ultima cidade”. p.2.

¹⁵¹ *O Sexo Feminino*. 8 de fevereiro de 1874, n. 21. Sem título. p.4.

¹⁵² *O Sexo Feminino*. 16 de janeiro de 1876, n.19. “Jornal das Famílias”. p.3.

distante do grupo de Senhorinha. (DUARTE, 2016, p.196) Somando estas informações, fica difícil compreender o desconhecimento da obra de Maria Firmina dos Reis por parte de Francisca e suas colaboradoras, que assim como ela eram contra a escravidão e a favor da causa das mulheres. O caráter étnico-racial (Machado e Maria Firmina eram negros¹⁵³) pode ou não ter influenciado a adoção de suas obras por parte dos referenciais de nossas fontes, mas não poderíamos afirmar com certeza, afinal outras tantas colaborações presentes nas edições não são de fácil identificação quanto a este aspecto. Ainda assim, a constante exortação de autores e autoras de origem europeia, e o engrandecimento de pensadores nacionais típicos do modelo burguês contrastam com parte do contexto observável de *O Sexo Feminino* - ainda mais se compararmos às ausências simbólicas que apresentamos acima, ao falarmos da escravidão.

A rede de trocas estabelecida entre periódicos do Brasil e do mundo realçam tal contraste ao demonstrar a dimensão dos diálogos feitos por nossas fontes. Segundo Barbara Souto (2013, p.73-74), só entre a estreia do jornal e janeiro de 1874 houve permutas com outros 57 periódicos de todos os cantos do país - número que ainda aumentaria até 1876. É a partir de 1874 que *O Sexo Feminino* demonstraria uma maior conexão com periódicos internacionais, como *El Telegrama* (Espanha), e *Novo Mundo* (Estados Unidos)¹⁵⁴, com os quais realizou trocas de saberes e edições. Além disso, a redação de nossas fontes apresentou como repertório uma série de noticiários estrangeiros, como o do *Jornal do Commercio*¹⁵⁵ e do *Diario Popular*¹⁵⁶ de Lisboa (Portugal), o de *Courrier de Lyon* (França)¹⁵⁷, de *Southern Litterary Messenger* (Estados Unidos)¹⁵⁸ e o de *Munde Rosse* (Rússia)¹⁵⁹, apenas para citar alguns exemplos. Isso não apenas elenca a heterogeneidade das leituras feitas pelas responsáveis por *Sexo Feminino*, como também indica a competência e capacidade destas em trocar experiências em um período de difícil acesso à informação. Conforme Barbara Souto (2013, p.74) “*O Sexo Feminino* trocava impressos com periódicos ditos liberais, conservadores, republicanos, maçônicos,

¹⁵³ Por algumas autoras, Maria Firmina dos Reis é colocada como “mulata”. Nos baseando em Lélia Gonzalez (1984), que analisa o peso pejorativo desta categoria para as relações étnico-raciais no Brasil, optamos por definir Maria propriamente através de sua negritude. Explicamos aqui que a autora era filha de pai negro e mãe branca.

¹⁵⁴ *O Sexo Feminino*. 18 de agosto de 1874, n.42. Sem título. p.4.

¹⁵⁵ *O Sexo Feminino*. 12 de março de 1874, n. 25. “Brasileiro ilustre”. p.3.

¹⁵⁶ *O Sexo Feminino*. 6 de fevereiro de 1876, n. 20. “Algumas senhoras”. p.4.

¹⁵⁷ *O Sexo Feminino*. 27 de fevereiro de 1876, n. 21. “Uma nova descoberta”. p.3.

¹⁵⁸ *O Sexo Feminino*. 6 de fevereiro de 1876, n. 20. Sem título. p.4.

¹⁵⁹ *O Sexo Feminino*. 18 de agosto de 1874, n.42. “Ainda não verão?!”. p.3.

monarquistas, evangélicos, ultramontanos, entre outros” e, concordando com esta autora, “acreditamos que essa rede comunicativa foi essencial para Francisca Diniz propagar seus ideais e, também, para construí-los e/ou reformulá-los”.

Todas as supracitadas relações interligam-se com outro elemento que foi central para o desenvolvimento de nossas fontes e para o pensamento político de suas autoras: a prática educacional. Como já citamos anteriormente, Francisca Senhorinha atuou lado a lado com o marido na Escola Normal de Campanha, da qual pediram desligamento provavelmente apenas no meio de 1875¹⁶⁰. No Rio de Janeiro, Francisca tornou-se diretora do Colégio Maternal de Nossa Senhora da Penha que, segundo Fernanda Andrade (2006, p.30), “funcionava em sua residência, recebendo meninas pensionistas, meio-pensionistas e externas. Recebia meninos em regime de meia pensão e externos”. Os diferentes meios de manutenção do ensino que a professora proporcionava aos seus alunos e às suas alunas se relaciona com a sua visão de educação, que deveria abranger todas as classes sociais. Esta concepção foi defendida em *O Sexo Feminino* ao longo de toda sua duração, cobrando do governo e da sociedade a criação de escolas com nomes e instalações apropriadas para todos:

Por este motivo pedimos a criação de casas com nome de collegios, *onde ambas as classes sejam recebidas; onde as meninas ricas paguem até mais caro que em outros estabelecimentos*, para com este auxiliar haver recursos para a manutenção da instituição *onde as pobres sejam educadas com igualdade* não só á custa do Estado, como dos cidadãos que de suas economias quizerem tirar e fazer alguns donativos a essas innocentes¹⁶¹.

Para além disso, Francisca pautaria uma associação feminina para a organização de seu Colégio Maternal que *por meio de uma commissao eleita reuniões regulares, tomassem parte na direcção do nosso estabelecimento*¹⁶². Ainda que o movimento associativista feminino não tenha adquirido no Brasil a mesma proporção que nos Estados Unidos, é possível perceber as intenções do jornal de se inserir em práticas coletivas do tipo, evocando valores como caridade, generosidade e educação a fim de angariar apoio.

¹⁶⁰ Segundo edição de setembro de 1875, “Lê-se no *Diario de Minas* de 28 de agosto do corrente anno [...] Foram concedidas as exonerações que pediram D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz e o cidadão José Joaquim da Silva Diniz”. Fonte: *O Sexo Feminino*. 19 de setembro de 1875, n. 8. “A redactora desta folha e seu marido”. p.2.

¹⁶¹ *O Sexo Feminino*. 16 de janeiro de 1876, n.19. “O Sexo Feminino”. Grifo nosso. p.2.

¹⁶² *O Sexo Feminino*. 16 de janeiro de 1876, n.19. “O Sexo Feminino”. p.2.

(HAHNER, 2003, p.101-102) O papel regenerador da mulher na sociedade, portanto, era encarado como uma prática de fato, e não apenas um discurso mobilizador. Mencionando Manoel F. Corrêa, o jornal destaca ainda *a fundação de duas associações, uma de senhoras para promover a instrução de meninas desvalidas e outra de homens a bem dos meninos necessitados*¹⁶³.

A preocupação para com os pobres se insere, de certa forma, sob a visão burguesa de condução da sociedade. A educação tríplice deveria ser aplicada na juventude, e a instrução e a educação levadas ao país inteiro para que os desvalidos não perdessem a oportunidade de ascensão social. Caso contrário, a falta de investimento na área teria seus resultados negativos: *entes fracos [que] só servem para no porvir sobrecarregar-o de despesas com prisões, guardas, etc, e isto porque o governo não cura em tempo, de sua educação*¹⁶⁴. Novamente a questão da educação como solução para o mal-estar civilizatório, agora, pontuado como uma solução para a criminalidade¹⁶⁵. As percepções também negativas sobre o luxo feminino, a prostituição¹⁶⁶, e a ausência sobre as amas-de-leite podem ter ligação com este tópico - seriam assuntos correlatos ao desvio da educação, “crimes morais” vindos de zonas de marginalização, dos lugares malditos¹⁶⁷.

As ideias de Francisca Diniz, seu engajamento com a educação e os contatos ensejados com autoridades da área renderam-lhe certa credibilidade neste meio. Para além das exortações feitas por outros meios de imprensa, *O Sexo Feminino* recebeu ainda o plano de ensino do Collegio Internacional de Campinas, ao qual aconselhou o espelhamento em escolas de São Paulo e incentivou na luta a favor do progresso¹⁶⁸. Em

¹⁶³ *O Sexo Feminino*. 14 de janeiro de 1874, n.18. “Grande movimento litterario”. p.4.

¹⁶⁴ *O Sexo Feminino*. 12 de dezembro de 1875, n. 17. “O Sexo Feminino”. p.2.

¹⁶⁵ Como mencionamos no primeiro capítulo, a educação era encarada por nossas fontes como “o caminho correto” a ser seguido na vida. Fonte: *O Sexo Feminino*. 4 de outubro de 1873, n. 5. “Educação physica, moral e intellectual”. p.1.

¹⁶⁶ *O Sexo Feminino*. 4 de abril de 1874, n. 27. “Carta da pythagorea Méliissa a Clareta”. Segundo este trecho, as roupas muito chamativas *são os instrumentos de sua vil profissão, a rêde em que ellas prendem seus amantes*. Grifos nossos. p.3.

¹⁶⁷ Pensamos aqui a noção de lugares malditos da autora Sandra Pesavento (1999, p.3), que diz que “A linguagem da estigmatização configura uma condição atribuída, que expressa uma alteridade condenada. As correspondências se estabelecem nos registros de língua constituindo os lugares malditos que têm como contraponto e referência uma identidade desejada”. Colocando a vaidade como um valor distorcido, e as mulheres marginalizadas (enquanto pobres, ou enquanto prostitutas) como adeptas dele, o jornal estaria endossando a narrativa de que tais pessoas encontram-se em lugares malditos, seriam um “outro” que exemplifica o que *não fazer*, ou que teria relação com a ausência da educação higiênica pregada em sua ideia tríplice.

¹⁶⁸ *O Sexo Feminino*. 30 de agosto de 1874, n. 44. “Collegio Internacional de Campinas”. p.3.

outras palavras, dentro do âmbito educacional Senhorinha e suas apoiadoras eram vistas como importantes o suficiente para emitir pareceres.

Isso não concedeu a Francisca, suas filhas ou a suas colaboradoras nenhum privilégio ou ressarcimento financeiro à parte. Retomando o fio que tecemos anteriormente, podemos falar em uma rede de apoio ao jornal? De certa forma, acreditamos que sim. As colaborações feitas em relação ao jornal foram de dois tipos: intelectuais e financeiras. A primeira forma se traduz nos envios de poesias, textos, crônicas, comentários ou correspondências por parte das colaboradoras, de outros jornais, ou de admiradores. O segundo mecanismo de contribuição não partiu para financiamentos, concessões econômicas ou quaisquer práticas de maior montante. Mesmo a folha tendo atingido até mesmo a realeza, em nenhum momento foi noticiado um maior engajamento por parte das autoridades além da simples assinatura do periódico. O mesmo é possível acompanhar no caso de Manoel Corrêa, que apesar da interlocução, apenas se dedicou a assinar a publicação. Devido ao caráter de proximidade que *O Sexo Feminino* sempre manteve com seu público - noticiando o falecimento da mãe de Francisca¹⁶⁹, as mudanças de endereço da família na Corte¹⁷⁰, notas de pesar pela morte de Lombaerts¹⁷¹, dentre outros exemplos -, até mesmo em momentos festivos, não acreditamos que as autoras tenham suprimido algum financiamento capaz de alavancar a situação das mulheres. A duras penas o jornal foi mantido até abril de 1876, quando entrou em um hiato de 13 anos. Dito isso, consideramos sim que *O Sexo Feminino* tenha estabelecido uma rede de apoio, dialogando com a imprensa, o corpo político, outras professoras e professores que defendiam a sua causa. Apesar disso, o jornal optou por um crescimento “orgânico” de seu trabalho, através do reconhecimento, e não do assistencialismo que pregava para os desvalidos, por exemplo. Tal mecanismo de ascensão se demonstrou dificultoso em vista das condições de grande parte de suas colaborações, vindas de professoras e escritoras que, assim como Francisca e suas filhas, precisavam batalhar todos os dias para a manutenção das próprias obras e condições de vida.

A título de conclusão deste capítulo, pontuamos ainda a importância do reconhecimento do lugar social no qual *O Sexo Feminino* foi produzido. Francisca e suas filhas foram pertencentes a um grupo emergente de mulheres, e que conseguiu viver sob o próprio sustento em um país em constante transformação. Fazem parte, portanto, de uma

¹⁶⁹ *O Sexo Feminino*. 20 de dezembro de 1873, n. 15. “Declaração”. p.1.

¹⁷⁰ *O Sexo Feminino*. 6 de fevereiro de 1876, n. 20. Sem título. p.1.

¹⁷¹ *O Sexo Feminino*. 29 de agosto de 1875, n. 5. “Pezames”. p.1.

classe trabalhadora docente que, apesar dos pesares, se instituiu no Brasil e procurou em sua situação o rendimento de novos frutos. Diante da sociedade multifacetada do Império, uma série de dispositivos sociais e culturais colocaram contrastes em suas propostas - a desigualdade social, a escravidão, os preconceitos de gênero e raça enraizados nos oitocentos e as dificuldades de se criar materiais de imprensa levaram à utilização de recursos narrativos, a omissões e a cosmovisões complexas e até mesmo contraditórias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos 1870 trouxeram transformações nas estruturas brasileiras que provavelmente não figuravam nos planos dos poderes instituídos, em vista que, para citar Angela Alonso (2002, p.42), “vários grupos sociais marginalizados pelo arranjo político imperial adquiriram condições para expressar publicamente seus dissensos e projetos”. Dentro dessa lógica, inserimos o trabalho árduo de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, de seu marido, de suas filhas Amélia, Albertina e Elisa Diniz, e daquelas que contribuíram de alguma forma para a concretização do periódico *O Sexo Feminino*. Conforme afirma June Hahner (2003, p.98), o jornal “sobreviveu, sem diluir sua mensagem ou comprometer seu padrão, num Brasil repleto de jornais efêmeros”. Mesmo que sua duração em um primeiro momento não tenha ultrapassado a marca de 3 anos, constituiu-se como elemento suficiente para participar das discussões políticas de seu período e pautar a então chamada “questão da mulher”.

Longe de ser a única publicação do tipo, *O Sexo Feminino* participou de permutas dentro e fora da imprensa nacional, estabelecendo conexões e tensões ao longo dos anos. De uma maneira geral, Francisca Senhorinha da Motta Diniz pode ser colocada enquanto uma das pioneiras do feminismo da segunda onda. (DUARTE, 2008 apud SOUTO, 2013, p.12) (HAHNER, 2003, p.107) Com seus esforços, abriu caminhos junto de outras mulheres para a criação de novas categorias no debate público. Assim como nos faz pensar Alexandra Santos Pinheiro (2010), que discute o caráter definidor da imprensa feminina *do que é ser mulher*, a imprensa feminista dos oitocentos também visa definir o que é a mulher – e, no nosso caso, *o que é ser uma mulher emancipada*. Dentro de *O Sexo Feminino*, no decorrer desta pesquisa identificamos a existência de uma mulher idealizada para Francisca e seu grupo de colaboradoras.

Em *O Sexo Feminino* observamos que a mulher idealmente emancipada é instruída, culta, moral e pudica, e capacitada profissionalmente. Seu papel na sociedade é o da regeneração, de instrução das próximas gerações e do melhoramento dos costumes. Dessa forma, ainda que seja defendida a presença das mulheres em várias áreas, há a predileção pela carreira docente. Tanto no âmbito privado quanto no público, a mulher idealizada não perderia a sua feminilidade e continuaria voltada para o casamento monogâmico heterossexual e para os filhos. A grande diferença é que a mulher instruída tem consciência plena de todos seus atos, e é companheira em igual estatuto com o seus maridos. A mulher

idealizada, portanto, é aquela respeitada devido à sua moral mais elevada, e o seu papel intelectual na sociedade. Além disso, é a mulher que se despe da vaidade e das coisas fúteis, buscando antes o interior (alma, virtuosidade e educação) do que o físico: é uma *mulher-anjo*¹⁷². É uma mulher crente na fé cristã e na lógica do progresso, capaz de aconselhar os homens ou, se preciso, comandar o lar e até mesmo uma nação em sua ausência. É, de certa forma, a mulher burguesa reimaginada, acrescida de outros valores e outros papéis sociais. Evidentemente, como aborda Fernanda Andrade (2006, p.96), “essa redefinição de papéis deveria representar ganho de direitos para essas mulheres”.

Por isso, esta idealização não se coloca apenas como uma descrição utópica: *não é utopia, sonho d'ouro, irrisão o que pretendemos*¹⁷³. Sua intenção é de traçar um plano, um projeto político realizável e que culmine com a emancipação feminina em *uma brilhante realidade*¹⁷⁴. Ainda que não se autodenomine feminista, e tampouco estipule uma agenda política dentro dos moldes institucionais do Império, *O Sexo Feminino* preza por uma mudança de cunho cultural, educacional e, conseqüentemente, político. Desta forma, uma série de recursos são utilizados por Francisca, suas filhas e colaboradoras para a defesa de suas ideias.

Conforme buscamos desenvolver em nosso primeiro capítulo e acima, é inegável que o periódico tenha recebido influências do positivismo e da mentalidade burguesa. Para Barbara Souto (2013, p.32) “Francisca Diniz, como professora e leitora assídua de periódicos e obras estrangeiras, certamente teve contato com algumas das obras positivistas e, provavelmente, identificou-se com algumas de suas ideias”. A importância do casamento e do papel regenerador da mulher na sociedade são os mais flagrantes exemplos que misturam o pensamento burguês à ideologia comteana. (PRADO & FRANCO, 2012, p.207) *O Sexo Feminino* reverbera estas noções, entretanto, alterando determinados aspectos de seus fundamentos. Ao defender o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e uma mudança ativa de suas condições sociais, se desprende da prerrogativa doméstica das mulheres sob o papel positivista. Essa variável se adequa à noção de *repertório* que extraímos da obra de Angela Alonso (2001, p.241), que aborda o

¹⁷² *O Sexo Feminino*. 30 de agosto de 1874, n. 44. “Anjos e demonios”. p.2.

¹⁷³ *O Sexo Feminino*. 14 de janeiro de 1874, n.18. “O sexo feminino”. p.2.

¹⁷⁴ *O Sexo Feminino*. 22 de julho de 1875, n.1. “A racional emancipação da mulher”. p.1.

uso seletivo dos repertórios intelectuais estrangeiros¹⁷⁵ para a ação política dentro do Brasil. Tal seletividade se basearia em três necessidades: 1) que os repertórios “subsidiassem a interpretação da conjuntura política, respondendo aos dilemas estruturais”, 2) que “exprimissem as insatisfações e os anseios políticos dos [...] marginalizados políticos” e 3) “concedessem armas de combate aos princípios justificadores dos bloqueios políticos e sociais” impostos sobre os excluídos. Assim sendo, as escolhas de argumentos passaram por esta seleção racional de autores e exemplos que, podendo auxiliar na formulação do raciocínio feminista de nossas fontes, puderam exprimir as suas necessidades e servir como elemento-chave de contestação da realidade às quais as mulheres estavam submetidas naquele tempo.

Esta seletividade realça o aspecto de agência histórica que podemos inferir ao *O Sexo Feminino*. O periódico menciona desde pensadores da Grécia Antiga¹⁷⁶, até iluministas¹⁷⁷, além de exemplos femininos de vários períodos¹⁷⁸. O intenso intercâmbio de ideias feito através das inúmeras permutas, e o reconhecimento adquirido por isso mostram, ainda, a qualidade da argumentação e das capacidades de articulação do grupo de mulheres que circulou pelo *O Sexo Feminino*. Em um país com altos índices de analfabetismo - principalmente entre as mulheres -, e que recém passava por melhorias de transporte e comunicação, as pensadoras de *O Sexo Feminino* apresentaram uma habilidosa (e quiçá privilegiada) formação de repertório. Diante disso, percebemos também uma relação dialógica de alternância entre argumentos progressistas e conservadores de seus discursos.

Em primeiro lugar, podemos atribuir a isso o argumento trazido por Barbara Souto (2013, p.32) de que as jornalistas de nossas fontes e de outros periódicos “aceitavam publicações que apresentavam olhares distintos sobre as diversas questões que permeavam o mundo da mulher”. Maria Ligia Prado e Stella Franco (2012, p.207) ainda nos acrescentam uma das noções possíveis para sua coexistência: “As escritoras faziam isso porque se preocupavam com as repercussões de seus escritos entre o público leitor e com as represálias que podiam sofrer por pensarem muito diferente do esperado[...]”. Diante de

¹⁷⁵ Segundo Alonso, “um repertório é o conjunto de recursos intelectuais disponível numa dada sociedade em certo tempo. É composto de padrões analíticos; noções; argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagem; metáforas”.

¹⁷⁶ *O Sexo Feminino*. 20 de setembro de 1873, n. 3. “A natureza é e throno exterior da magnificencia divina.” p.4.

¹⁷⁷ *O Sexo Feminino*. 12 de dezembro de 1875, n. 17. “O sexo feminino”. p.2.

¹⁷⁸ *O Sexo Feminino*. 5 de setembro de 1875, n. 6. “As mulheres da História”. p.1.

uma estrutura patriarcal que não qualificava a escrita feminina enquanto apropriada para seu gênero, idas e vindas discursivas poderiam muito bem formar uma estratégia política de resistência a fim de se manter no debate. Não obstante, o elemento contextual tem suas limitações e não justifica, por exemplo, a ausência de citações a uma professora negra do círculo próximo de colaboradoras e da própria redatora de *O Sexo Feminino*.

Aqui, tocamos em um ponto nevrálgico para a compreensão a respeito do que nossas fontes transparecem ao tocar no tema emancipação feminina. Durante nosso segundo capítulo, procuramos analisar as diferentes experiências femininas do século XIX, o que abarcou as vivências das mulheres negras escravizadas e livres, das mulheres indígenas em semelhantes condições e, evidentemente, a situação das mulheres brancas em suas variações de classe. Inserimos Francisca, suas filhas e parte de suas colaboradoras nesta última categoria.

Conhecedoras das desigualdades entre homens e mulheres, as feministas de *O Sexo Feminino* criticaram o desvirtuamento da instituição matrimonial, condenaram a negação de instrução e educação às mulheres, e ressaltaram o papel fundamental do feminino na sociedade. Contudo, ao trabalharem estas questões estabeleceram uma idealização de emancipação feminina pautada por sua ótica, isto é, por sua localização social¹⁷⁹. Em outras palavras, colocaram como centro da agência feminista mulheres como elas, brancas, da classe instruída emergente e de mentalidade burguesa, balizando as medidas de suas ações e projetos de sociedade a partir daquilo que conheciam ou consideravam importante. Através da crítica ao termo “sexo frágil” para definir o feminino, por exemplo, nossas fontes se referem¹⁸⁰ à força intelectual das mulheres instruídas, e não ao fato de que as mulheres negras, como nos recorda Sueli Carneiro (2003 apud RIBEIRO, 2017, p.47), por vivenciarem o estigma da escravidão nunca se reconheceram ou foram reconhecidas como frágeis. Ao idealizarem uma concepção de emancipação e de mulher emancipada, efetuaram uma universalização das condições femininas e colocaram o gênero como único recorte. A ascensão econômica por meio da educação seria o meio cabível para todas as mulheres? Talvez seja por isso que *O Sexo Feminino* tenha se oposto à escravidão

¹⁷⁹ De acordo com Djamilia Ribeiro (2017, p.69), “O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”. É dizer que, a partir do lugar dentro da estrutura da sociedade de que falamos, a nossa enunciação terá diferentes formas de encarar a realidade.

¹⁸⁰ *A mulher instruída e elevada à altura que merece vos levará ao caminho do dever e do bem, e a embrutecida pela falta de instrução e dignidade vos levará às trevas do erro [...] Fonte: O Sexo Feminino. 28 de março de 1874, n. 26. “Primazia da mulher em relação ao homem”. p.3.*

enquanto sistema, mesmo sem dar agência às mulheres diretamente afetadas por ela. A partir da anuência com o progresso - que perpassou também as condições de produção, conforme observamos na edição de 12 de dezembro de 1875¹⁸¹ -, as autoras do jornal podem não ter levado em conta os modos de vida originários dos povos indígenas. As possibilidades em torno deste tópico podem ser duas: 1) o desconhecimento da causa indígena promovido pelas carências de informação dos sertões, ou 2) a influência da moral burguesa ter se sobressaído diante dessas mudanças, afinal os povos indígenas eram vistos como selvagens, e seus modos de vida, como não civilizados.

A adoção da mentalidade burguesa, dos ideais do progresso calcados por uma visão positiva do capitalismo, e as manifestações por uma igualdade civil entre os gêneros nos indicam uma adoção parcial de nossas fontes ao que pode ser entendido como feminismo liberal¹⁸². Primeiramente, o jornal assim se designa ao dizer que *o que queremos é justo, recto, liberal*¹⁸³; fora menções ao liberalismo civil em questões de ensino¹⁸⁴. O seu sentido reformista é exemplificado pela postura positiva em relação ao sufrágio no Reino Unido, um progresso que *nunca é obra de uma revolução violenta [...] E' sempre o resultado de uma transformação lenta e regular [...]*¹⁸⁵. Isso demonstra a importância de nossas fontes para a trajetória do feminismo brasileiro, mas também dá indícios das motivações das autoras sobre determinados aspectos - como exemplo, citamos o financiamento do hebdomadário, baseado nos investimentos individuais de assinantes.

Neste sentido, acreditamos que em *O Sexo Feminino* podemos apreender uma relação praticamente interdependente entre sua agência histórica e as influências das estruturas sociais do século XIX. Isto porque, ao mesmo tempo em que as escolhas de referências e as omissões se deram em processos conscientes, nossas fontes foram

¹⁸¹ Segundo esta edição: *Nunca na historia, do mundo, o homem com o governo que tem conquistado sobre as forças naturaes, pode produzir tanto, com certa porção dada de esforços, como na época actual. Na fabricação de calçado por exemplo, tres homens hoje podem fazer com o auxilio do machinismo, o que só seis poderiam executar ha 15 annos. De todo o progresso material podemos tirar uma lição proveitosa [...]*. Fonte: *O Sexo Feminino*. 12 de dezembro de 1875, n.17. “O Sexo Feminino”. p.1.

¹⁸² Em sua acepção mais geral, o feminismo liberal concorda com uma “legislação que defende igualdade de educação, salário e oportunidade para as mulheres” (CARNEIRO, M., 2019, p.254), pensando sob uma perspectiva de promoção de valores individuais (igualdade entre indivíduos) e que visam incluir as mulheres através de ações positivas ou uso das instituições já existentes. (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p.147)

¹⁸³ *O Sexo Feminino*. 27 de fevereiro de 1876, n. 21. “A racional emancipação da mulher”. p.3.

¹⁸⁴ Em uma de suas edições, o periódico elogia o método liberal de se manter a organização escolar. Fonte: *O Sexo Feminino*. 17 de outubro de 1875, n. 12. “O Vassar Collegio”. p.2.

¹⁸⁵ *O Sexo Feminino*. 7 de novembro de 1875, n. 15. “Suffragio mulheril na Inglaterra”. p.1.

perpassadas por inúmeros elementos inconscientes e anteriores mesmo às suas decisões¹⁸⁶. Não pretendemos com isso isentar as nossas fontes de opções de escolha, afinal, em seu tempo outras pessoas em condições similares optaram por outros caminhos para guiar as próprias ideias. Concomitantemente, evitamos atribuir ao *O Sexo Feminino* o caráter de exclusividade, em vista de sua existência em um contexto social e ideológico também capaz de participar de suas cosmovisões.

Em suma, *O Sexo Feminino* marcou sua época ao transpor fronteiras e quebrar tabus que imputavam às mulheres as limitações do privado. Mesmo com a mistura de influências positivistas, da mentalidade burguesa e dos ideais liberais inerentes a esta, as jornalistas deste periódico não se limitaram a segui-las e apresentaram a própria interpretação de suas ideologias. Seguiram através de diálogos e omissões, consciente ou inconscientemente estabelecidos, que demonstraram o seu lugar de atuação e, além disso, quais valores defendiam. Como uma reimaginação da mulher burguesa, *O Sexo Feminino* apresentou uma radicalidade inesperada para parte da sociedade oitocentista, ao mesmo tempo em que demonstrou suas limitações ao encarar outras experiências femininas enquanto passivas ou apenas sob um prisma - para citar mais uma vez Sueli Carneiro (2003, p.119), diferentes mulheres “possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero”.

As questões de *O Sexo Feminino* não apenas confirmam a necessidade de constantes reflexões sobre os nossos contextos, como também abrem caminhos para a compreensão da História das Mulheres no Brasil. Estudos sobre a temática estão cada vez mais abundantes na historiografia, e através de nossa bibliografia procuramos expressar o seu uso, respeito e seu reconhecimento. Esperamos com este trabalho gerar um complemento a estas discussões, e não um ponto final.

¹⁸⁶ De acordo com Silvio Luiz de Almeida (2019, p.38-39), “é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Assim, as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências”.

5 FONTES

O Sexo Feminino (1873-1876) – todas edições.

O Quinze de Novembro do Sexo Feminino – 15 de dezembro de 1889, n.12.

Recenseamento do Imperio do Brazil de 1872

Carta Régia de 13 de maio de 1808

Coleção de Leis do Imperio do Brazil de 1871 Tomo XXXI Parte I

Coleção de Leis do Imperio do Brazil de 1871 Tomo XXXIV Parte II

A Estação: Jornal Illustrado para a Familia. 15 de dezembro de 1880, n. 23.

REFERÊNCIAS

- ALADRÉN, Gabriel. Senhores, escravos e libertos na formação de uma sociedade escravista no Rio Grande do Sul oitocentista. In: Eduardo S. Neumann; Luiz Alberto Grijó. (org.) *O Império e a fronteira: a província de São Pedro no oitocentos*. 1ed. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 14-38.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 310 p.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.
- ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Estratégias e escritos: Francisca Diniz e o Movimento Feminista no século XIX (1873-1890)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- ARIZA, Marília B. A. Crianças/Ventre Livre. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. S. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. P.177-183.
- BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico*. 7.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nichola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 13.ed. Brasília: Editora UnB, 2007.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. 2.ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- BUITOINI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.
- CAMPOS, Márcia. *As mulheres indígenas no imaginário dos viajantes: Mato Grosso - século XIX*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988.
- CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Feminismo-Feminismos. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. (org.) *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p.251-254.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: *Estudos Avançados*, vol. 17, n.49, São Paulo, set./dez. 2003. p.117-132.

COMTE, Augusto. *Os Pensadores – Comte* (seleção de textos por José Arthur Giannotti). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Carlos Gilberto Pereira. *Costurando vidas : os itinerários de duas professoras : Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951) e Júlia Malvina Hailliot Tavares (1866-1939)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DIAS, Maria Odila. Resistir e Sobreviver. In: PINSKI, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.) *Nova História das mulheres no Brasil*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 360-381.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In.: DEL PRIORE, Mary. BASSANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004. p.223-240.

DORNELLES, Soraia Sales. *A questão indígena e o Império: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

DUARTE, Constância Lima. (org.) *Anais do 5º Seminário Nacional Mulher e Literatura*, Natal, 1 a 3 de setembro de 1993. Natal: Editora Universitária UFRN, 1995.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX* Dicionário Ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Cortez, 1989.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, Helena et al. (org.) *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZÁLEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tania Regina Oliveira. (org.) *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016. p.399-416.

- GUERRA, Oscar Ulloa. *Como ser homens nestes tempos? Pedagogias de gênero no Manual H*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2015.
- HAHNER, June Edith. *Emancipação Do Sexo Feminino: A luta pelos Direitos da Mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.
- HAHNER, June Edith. Honra e distinção das Famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: *Cadernos Pagu* (5) 1995, p. 07-41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. *Atlas da Violência 2018*. Rio de Janeiro: 2018.
- IZECKSON, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila. SALES, Ricardo. (org.) *O Brasil Imperial volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.365-424.
- KRENAK, Ailton. Genocídio e resgate dos "Botocudo". [Entrevista concedida a] Marco Antônio Tavares Coelho. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.23, n.65, 2009. p.193-204.
- KULESZA, Wojciech Andrzej. *A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910)*. Disponível em <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwiw4piTpdXiAhVJEbkGHSc1AwgQFjAAegQIARAC&url=http%3A%2F%2Femaberto.inep.gov.br%2Findex.php%2Frbep%2Farticle%2Fdownload%2F1018%2F992&usg=AOvVaw36nEB3WTbxy2bOZ7RiNE4f> . Acesso em 06/06/2019.
- LAPUENTE, Rafael Saraiva. *O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/view> . Acesso em 19/07/2018.
- LAVRIN, Asunción. *Mujeres, feminismo y cambio social en Argentina, Chile y Uruguay 1890-1940*. Santiago: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2005.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2007. pp. 443-481.
- LUCA, Tania Regina De. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. (org). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MARQUESE, Rafael Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos CEBRAP*, n.74, São Paulo, março 2006. p.107-123.

MARTINS, Angela Maria Souza. *Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro no século XIX*. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/35/art12_35.pdf . Acesso em 06/06/2019.

MARTINS, Barbara Canedo Ruiz. O aleitamento mercenário: os saberes médicos e o mercado de trabalho das amas de leite (Rio de Janeiro, 1850-1884). In: PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio.(org) *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016. p.164-177.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. *Intelectuais feministas no Brasil dos anos 1960*: Carmen da Silva, Heleieth Saffioti e Rose Marie Muraro. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018.

MONTEIRO, Diogo Francisco Cruz; SANTOS, Kléber Rodrigues. Representações sobre antropofagia indígena: análise do livro didático Para Entender a História. In: CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE, 4., 2014, Sergipe. *Anais [...]*. Sergipe: ANPUH, p.1-13. Disponível em: http://www.encontro2014.se.anpuh.org/resources/anais/37/1407202289_ARQUIVO_REPRESENTACOESSOBREANTROPOFAGIAINDIGENA.pdf . Acesso em 04/12/2019.

MELLO, Dalva A. Malária entre populações indígenas do Brasil. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol.1, n.1., jan./mar. 1985, p.25-34. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v1n1/v1n1a04.pdf>.

MUZART, Zahidé Lupinacci. A questão do cânone. In: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tania Regina Oliveira. (orgs.) *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical*: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro navirada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

PARÉS, Luis Nicolau. Africanos Ocidentais. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. S. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.78-84.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do "outro" no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.19, n.37, p. , set. 1999. Disponível em: <http://lume.ufrgs.br/handle/10183/95330> . Acesso em 30/10/2019.

PINHEIRO, Alexandra Santos. *Leitoras e interlocutoras da Literatura oitocentista*: Literatura e gênero no Jornal das Famílias (1863-1878). Porto Alegre: Renascença-Edigal, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Participação Feminina no Debate Público Brasileiro. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. Família Escrava. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. S. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.236-240.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIVERA, Paulo Barrera. A reinvenção de uma tradição no protestantismo brasileiro: a Igreja Evangélica Brasileira entre a Bíblia e a Palavra de Deus. In: *Revista USP*, São Paulo, n.67, setembro/novembro 2005. p. 78-99.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2000.

RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 297-338.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

SCHERER JR, Cláudio Roberto Antunes. Corda branca em carne negra: os escravos e a pena de morte por enforcamento no Brasil Império. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: ANPUH, p.1-17.

Disponível em:

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426524520_ARQUIVO_CORDABR_ANCAEMCARNENEGRAanpuh.pdf .

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vidal. *Dicionário mulheres do Brasil: De 1500 até a atualidade*. Biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCHWARCZ, Lilia. Abolição como dádiva. IN: FIGUEIREDO, Luciano (org). *A era da escravidão - coleção: Revista de História no Bolso*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009. p.88-90

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, 1995, p.71-99. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>.

SEVCENKO, Nicolau (org.) *História da vida privada no Brasil: República - da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

- SLENES, Robert. Africanos Centrais. In: SCHWARCZ, Lilia M. GOMES, Flavio. (org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade - 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.27, n. 54, p. 281-300. 2007.
- SOUTO, Bárbara Figueiredo. “*Senhoras do seu destino*”: *Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo – projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873-1894)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- SOUZA, Cássia Regina da Silva Rodrigues de. *Periódicos Feministas do Século XIX: Um Chamado à Resistência Feminina*. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1337815812_ARQUIVO_ARTIGOANPUH2012.pdf. Acesso em 22/11/2017.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2007. pp-401-442.
- XAVIER, Regina Celia Lima. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.

APÊNDICE – FICHAMENTO ELABORADO PELO AUTOR

O SEXO FEMININO: SEMANÁRIO DEDICADO AOS INTERESSES DA MULHER	
Informações de cabeçalho I (ano, local, data, número)	
Informações de cabeçalho II (mensagens, cobranças, autoria)	
Seções da edição	
Temáticas da edição	
Reivindicações da edição	
Outros jornais citados	
Pessoas citadas	
Citações relevantes	
Observações	